

**Sílvia Maria Correia Silveira Machinho**

**O CONCEITO DE DOMÍNIO EM TERMINOLOGIA:  
O CASO DA DIETA MEDITERRÂNICA**



**UNIVERSIDADE DO ALGARVE**  
**Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**  
**2018**

**Sílvia Maria Correia Silveira Machinho**

**O CONCEITO DE DOMÍNIO EM TERMINOLOGIA:  
O CASO DA DIETA MEDITERRÂNICA**

**Mestrado em  
Ciências da Linguagem**

**Trabalho efetuado sob a orientação de:  
Prof. Dr. Manuel Célio Conceição**



**UNIVERSIDADE DO ALGARVE**  
**Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**  
**2018**

O CONCEITO DE DOMÍNIO EM TERMINOLOGIA:  
O CASO DA DIETA MEDITERRÂNICA

Declaração de autoria do trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Copyright 2018 Sílvia Maria Correia Silveira Machinho

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

## Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Manuel Célio Conceição, a paciência, compreensão e incentivo.

À minha família agradeço o carinho, amizade e apoio.

## Resumo

A Dieta Mediterrânica é um domínio que envolve, entre outros, conceitos e designações das áreas da Cultura, da Religião, da Geografia, da Alimentação, relações sociais e de saberes-fazer, caracterizando-se pela multidimensionalidade de áreas do conhecimento e de esferas de atividade, pela multiplicidade de intervenientes e pelas diferentes especializações dos vários intervenientes. Esta heterogeneidade suscita questões relativamente ao conceito de domínio à luz das abordagens teóricas e metodológicas em Terminologia.

Este estudo visa fazer a caracterização do domínio da Dieta Mediterrânica, bem como averiguar questões relativamente ao trabalho terminológico que levem a um eventual reposicionamento das abordagens teóricas e metodológicas existentes em Terminologia. Adicionalmente, pretende-se analisar problemas ao nível da organização do conhecimento e estruturação terminológica, com fins de elaboração de um recurso terminológico monolíngue e multilíngue da Dieta Mediterrânica, tendo em conta a sua multidimensionalidade e diversidade de intervenientes. Nesta dissertação, analisa-se ainda o impacto da harmonização ou normalização da terminologia da Dieta Mediterrânica na comunicação entre os vários intervenientes neste domínio.

Palavras-chave: Domínio terminológico; Dieta Mediterrânica; Terminologia e Cultura; Organização e Representação do Conhecimento; Recurso terminológico.

## Abstract

The Mediterranean Diet is a domain that involves concepts and designations in the areas of Culture, Religion, Geography, food, know-how and social relations, among others. It is a multifaceted domain in areas of knowledge and spheres of activity and involves a multitude of actors with different expertise. This diversity raises questions regarding the concept of domain in the light of the theoretical and methodological approaches in Terminology.

This study aims to characterize the domain of the Mediterranean Diet and raise questions related to the terminology work that could lead to a repositioning of the existing theoretical and methodological approaches in Terminology. This work intends to analyse problems related to knowledge organization and terminological structuring concerning a monolingual and multilingual terminology resource considering its multiple dimensions and diverse actors. Additionally, this dissertation explores the impact of the harmonization or normalization of the Mediterranean Diet terminology in the communication between its various actors.

**Keywords:** Terminological domain; Mediterranean Diet; Terminology and Culture; Knowledge Organisation and Representation; terminological resource.

## Índice

1. Introdução .....	1
1.1. Escolha do domínio: enquadramento e relevância.....	1
1.2. Objetivos .....	2
2. A delimitação do domínio .....	3
2.1. O conceito de domínio .....	3
2.2. Que corpus de análise constituir para o estudo terminológico da Dieta Mediterrânica? .....	12
2.3. Síntese.....	19
3. A Dieta Mediterrânica - Património Cultural Imaterial da Humanidade .....	20
3.1. A UNESCO.....	20
3.2. Património Cultural da Humanidade .....	21
3.3. Património Cultural Imaterial da Humanidade .....	22
3.4. A Dieta Mediterrânica .....	23
3.4.1. O conceito de Dieta Mediterrânica .....	23
3.4.2. A Dieta Mediterrânica em Portugal .....	25
3.5. Candidatura transnacional da Dieta Mediterrânica a Património Cultural Imaterial da Humanidade.....	26
3.6. Síntese.....	28
4. Metodologia.....	29
4.1. Terminologia e organização do conhecimento: abordagem onomasiológica e abordagem semasiológica .....	31
4.2. Síntese.....	34
5. <i>Corpus</i> de análise: identificação e discussão de questões terminológicas .....	35
5.1. Tipologia textual .....	35
5.2. Variação .....	40
5.2.1. Variação e polissemia .....	43
5.2.2. Variação e sinonímia.....	50
5.2.3. Análise de variação de um recurso digital de divulgação da DM.....	53
5.3. Dimensão cultural e social da DM: o conceito de termo e o conceito de especialista .....	58
5.4. Síntese.....	60
6. Terminologia para a Dieta Mediterrânica .....	62
6.1. Que recurso terminológico?.....	62

6.2. Normalização e Harmonização .....	64
7. Conclusão.....	67
Referências bibliográficas .....	72

## 1. Introdução

### 1.1. Escolha do domínio: enquadramento e relevância

Em 2010, a Dieta Mediterrânica (DM) obteve o reconhecimento<sup>1</sup> a nível mundial da sua importância e valor para a humanidade ao ser inscrita na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade (PCIH) pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), resultado da candidatura apresentada por Espanha, Marrocos, Itália e Grécia, tendo este reconhecimento sido estendido a Portugal, Croácia e Chipre em 2013.

Segundo a Comissão Nacional da UNESCO (CNU)<sup>2</sup>:

A Dieta Mediterrânica envolve um conjunto de saberes-fazer, conhecimentos, rituais, símbolos e tradições sobre técnicas agrícolas, pesca, criação de gado, conservação, processamento, preparação e, especialmente, partilha e consumo de alimentos.

A convivialidade à mesa constitui elemento vital da identidade cultural e da continuidade das comunidades em toda a bacia do mediterrâneo, sendo um momento de troca social e de comunicação, uma afirmação e renovação da identidade da família, do grupo ou da comunidade. A dieta mediterrânica enfatiza valores da hospitalidade, vizinhança, diálogo intercultural e criatividade, desempenhando um papel vital em espaços culturais, festivais e celebrações, reunindo pessoas de todas as idades, condições e classes sociais.

Comissão Nacional da Unesco

A denominação *Dieta Mediterrânica* não é, pois, unicamente relativa a um regime alimentar, mas sim multidimensional, dado que envolve várias áreas como a Cultura, Ciências da Nutrição, Turismo, Pesca, Agricultura ou, ainda, relações humanas e

---

<sup>1</sup> UNESCO. Decision of the Intergovernmental Committee: 8.COM 8.10. Disponível em linha em <http://www.unesco.org/culture/ich/en/decisions/8.COM/8.10> [acedido em 05/03/2017].

<sup>2</sup> Comissão Nacional da UNESCO. Disponível em linha em <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/noticias/324-dieta-mediterranica-na-lista-do-patrimonio-imaterial> [acedido em 30/03/2017].

sociais. Dentro desta multidimensionalidade há uma multiplicidade de intervenientes com diferentes especializações. Por conseguinte, é um domínio heterogéneo composto por diversas áreas, esferas de atividade e intervenientes.

Esta constatação leva aos seguintes questionamentos:

- O conceito de domínio aplicar-se-á à DM?
- Que *corpus* constituir?
- Que quadro(s) teórico(s) melhor fundamenta(m) a elaboração de uma terminologia para um domínio com estas características?
- O que se poderá considerar variação e de que tipo?
- O que considerar *termo* e *especialista*? O vocabulário dos especialistas, sob uma perspetiva unicamente científica ou o vocabulário popular que há muitas gerações utilizam técnicas artesanais herdadas, sendo igualmente especialistas?
- Dentro da heterogeneidade e variação apresentadas pela DM, como estruturar a terminologia e organização do conhecimento para a elaboração desta terminologia num recurso terminológico?

## 1.2. Objetivos

Situando-se no quadro da Terminologia textual, este trabalho visa fazer a caracterização do domínio da Dieta Mediterrânica, bem como levantar questões relativamente a um eventual reposicionamento das abordagens teóricas existentes em Terminologia quanto aos conceitos de *domínio*. Pretende-se ainda fazer a identificação, reflexão e análise de questões terminológicas, como a polissemia, sinonímia ou variação que poderão surgir na elaboração de terminologia para a DM, incluindo a organização e representação do conhecimento e estruturação terminológica de um recurso terminológico monolíngue e multilíngue, tendo em conta a multidimensionalidade e diversidade de intervenientes que envolve.

Este trabalho tenciona promover a preservação da diversidade linguística, facilitar a comunicação e fixação do conhecimento no domínio da DM, bem como contribuir para a sua divulgação.

## 2. A delimitação do domínio

### 2.1. O conceito de domínio

A delimitação do domínio é uma questão central na seleção de textos de especialidade para aquisição de competência cognitiva sobre o domínio, assim como para o estudo e/ou execução do trabalho terminológico.

No âmbito da aquisição de conhecimentos sobre a DM, uma das dificuldades que surgiu foi a delimitação deste domínio por englobar uma grande diversidade e disparidade de áreas e de intervenientes. Esta diversidade de áreas que compõem a DM levou à necessidade de refletir acerca do conceito de *domínio*, começando pela sua definição no léxico geral, em que se apuraram algumas definições apresentadas em dicionários:

- a) Priberam<sup>3</sup>: (5) conhecimento; (9) aquilo que uma arte ou ciência compreende; (10) esfera de ação; competência
  
- b) Infopédia<sup>4</sup>: (5) área do conhecimento que uma pessoa domina; especialidade.
  
- c) Dicionário Integral da Língua Portuguesa<sup>5</sup>: (9) esfera de ação; (10) competência; (11) âmbito de uma arte ou ciência.

Numa análise das três definições apresentadas, entende-se, em a), tanto no ponto (9) como no ponto (10), que um domínio se restringe a uma única arte, ciência, esfera de ação ou competência, pelo que não dá conta de um domínio que compreende várias áreas ou esferas de atividade; o mesmo se verifica em b) e c), em que *domínio* é definido como uma única área ou especialidade.

---

<sup>3</sup> Domínio. (2008-2017). In *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico*. Disponível em linha em: <https://www.priberam.pt/dlpo/dom%C3%ADnio> [acedido em 27/08/2017]

<sup>4</sup> Domínio. (2003-2007). In *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico*. Porto: Porto Editora. Disponível em linha em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/dominio> [acedido em 2017-08-27]

<sup>5</sup> Domínio. (2009). In *Dicionário Integral da Língua Portuguesa*, p. 595. Lisboa: Texto Editores, Lda.

A fim de alargar a pesquisa, procurou-se igualmente a definição de *domínio* em áreas como a Terminologia e a Tradução e efetuou-se a análise da problemática que envolve a delimitação do domínio.

De acordo com Cabré (1995), cada termo constitui uma unidade conceptual e o conjunto dos termos de um domínio representa a organização conceptual desse domínio. Assim, a terminologia constitui a organização conceptual de um domínio, delimitando-o.

Segundo De Bessé (2000, p. 183):

Un domaine représente un système cognitif, une organisation conceptuelle. Le domaine est la façon d'identifier, de délimiter, de dénommer une structure cognitive, une structure conceptuelle, un système conceptuel.

Un domaine peut être considéré comme une *classe*, c'est-à-dire *un ensemble d'objets de connaissance qui ont entre eux des caractères communs*. Le domaine permet de regrouper, de mettre en ordre des concepts et de construire des systèmes cognitifs.

Estas definições denotam alguma circularidade, algo que Bordet (2013) já havia apontado relativamente a outras definições de domínio apresentadas por Cabré e de De Bessé. De acordo com a autora, a noção de domínio, apesar de central em Terminologia, raramente é definida com clareza. Afirma ainda que a interdisciplinaridade dos domínios se torna cada vez mais evidente com o avanço da ciência e da tecnologia e a sua ampla divulgação, o que obriga a uma revisão da perspectiva positivista do domínio como uma estrutura hierarquizada e sugere o domínio com uma estruturação circular. Segundo a primeira afirmação de De Bessé, o domínio permite ordenar e construir sistemas cognitivos, dado que é um conjunto de objetos de conhecimento que têm características comuns. Contudo, como aplicar esta afirmação ao domínio da DM? Apesar da multidisciplinaridade e interdisciplinaridade que existe entre os vários domínios que compõem a DM, o conceito do termo *azeite* no domínio das Ciências da Nutrição, a título de exemplo, não é o mesmo do que no domínio da Cultura. Neste domínio, o azeite está ligado à religião cristã e à

espiritualidade, em que o azeite é «(...) a luz que alumia o recanto do lar e mostra o caminho de Deus» (Freitas, A. (coord.) et al, 2015, p.136).

Tentando aplicar as afirmações de De Bessé a um domínio como o da DM, surgem algumas questões:

- i. Um domínio composto por várias áreas e esferas de atividade é um único sistema cognitivo ou é um conjunto de sistemas cognitivos?
- ii. Dado que algumas das várias áreas que compõem a DM são domínios, poderão estes ser considerados subdomínios quando inseridos no domínio da DM, permitindo a construção de subdomínios cognitivos?
- iii. Poder-se-á afirmar que um domínio composto por outros domínios ou áreas do conhecimento e esferas de atividade é um "macrodomínio"?

As duas últimas questões sugerem a existência de hierarquia, pelo que a ideia de subdomínios e subsistemas cognitivos não parece produtiva se se partir do princípio que as diversas áreas que compõem a DM se encontram numa relação de circularidade, como aponta Bordet (2013).

De Bessé (2000) reconhece que frequentemente é difícil delimitar domínios que se sobrepõem, havendo domínios que são interdisciplinares ou multidisciplinares, e aponta a transversalidade do domínio do ambiente como exemplo. O autor propõe ainda classificações distintas para *domínio*: domínio de conhecimento, um domínio constituído, estruturado e sistematizado de acordo com um tema, dando como exemplo as Matemáticas, a Zoologia, Economia ou Linguística; domínio de atividade que permite a identificação de práticas e/ou atividades humanas e, por fim, o domínio do discurso em que o discurso está ligado à caracterização social, situacional e socioprofissional. É de assinalar que nas afirmações do autor permanece subjacente a ideia de *domínio* como uma única área. Aplicando estas classificações de *domínio* à DM, contacta-se que se insere nas três, dado que é transversal a áreas do conhecimento como as Ciências da Nutrição ou Medicina, a atividades como a Pesca e Agricultura, e, ainda, no domínio do discurso, visto que as tradições e o saber popular foram transmitidos entre gerações através dos discursos. Desta forma, há um forte componente cultural e social no domínio da DM, com terminologia popular própria

relativa a técnicas de preparação, confeção ou conservação, como a terminologia utilizada nas diferentes confeções da azeitona: «Das azeitonas, os principais tipos são: “britadas”; “retalhadas”; “de água” e “azeitonas de sal” (...) (Almeida et al., 2014, p. 36). Esta terminologia que denomina técnicas artesanais tem uma dimensão conceptual, dado que é conhecimento empírico que foi transmitido ao longo do tempo. O Office Québécois de la Langue Française define *domínio* como «sphère spécialisée de l’expérience humaine»<sup>6</sup>. Esta definição é algo vaga, não explicitando se a esfera especializada poderá ser composta por outras esferas especializadas, o que deixa alguma margem para incluir domínios compostos. Apresenta, ainda, a utilidade de possibilitar a integração de qualquer esfera especializada, não só técnica, científica ou artística, mediante o uso da expressão «experiência humana».

A norma ISO 1087-1<sup>7</sup> (2000), International Organisation for Standardisation, apresenta a definição de *domínio* em duas línguas, francês e inglês, e verifica-se que há diferenças entre as duas. No quadro 1 são apresentadas as duas definições e as notas que as acompanham.

ISO 1087-1 – Versão em francês	ISO 1087-1 – Versão em inglês
<b>Domaine</b> Branche spécialisée de la connaissance	<b>Subject field</b> Domain Field of special knowledge
Note : Les limites d'un domaine sont définies selon un point de vue particulier lié à l'objectif visé	Note: The borderlines of a subject field are defined from a purpose-related point of view

Quadro 1 – Norma ISO 1087-1

É de notar a diferença entre as duas denominações *domaine* e *subject field* e as respetivas definições. Em inglês, *domínio* é definido como um campo especializado do conhecimento; em francês é um ramo especializado do conhecimento. Embora em inglês também esteja mencionado *domain*, este termo não é a primeira escolha, o que

<sup>6</sup> Office Québécois de la Langue Française. Disponível em linha em [http://www.granddictionnaire.com/ficheOqlf.aspx?Id\\_Fiche=2199396](http://www.granddictionnaire.com/ficheOqlf.aspx?Id_Fiche=2199396) [acedido em 15/09/2017]

<sup>7</sup> International Organisation for Standardisation, ISO 1087-1:2000(E/F). Disponível em linha em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/312608/mod\\_resource/content/1/ISO\\_1087-1\\_2000\\_PDF\\_version\\_%28en\\_fr%29\\_CPDF.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/312608/mod_resource/content/1/ISO_1087-1_2000_PDF_version_%28en_fr%29_CPDF.pdf) [acedido em 17/12/2017]

leva à interrogação sobre os critérios de decisão de tal diferença. Quanto à definição em francês, poderá indiciar uma perspectiva hierárquica, possivelmente resultado da herança positivista, como apontado por Bordet (2013).

Continuando a pesquisa sobre a definição de *domínio*, recorreu-se igualmente à consulta de definições na área da Terminologia (De Bessé, Nkwenti-Azeh, & Sager, 1997)<sup>8</sup>, apresentadas no quadro 2.

<p><b>Domínio</b></p> <p>[en] <b>domain</b></p> <p>[fr] <b>domaine</b></p> <p>[es] <b>área temática</b></p>
<p>The <u>subject field</u>, <u>area of knowledge</u>, <u>discipline</u>, production process, or method in which a concept is being used.</p> <p><i>Note: All domains</i>, regardless of whether they are subject fields, areas of knowledge, disciplines, production processes, or methods, <b>are determined and delineated by specialists from time to time and changed as required. Domains have single or multiple structures which are usually linguistically expressed through a network of definitions, but can also be graphically represented as hierarchies, networks of nodes and links</b>, etc.</p>
<p><b>Campo/área temática</b></p> <p>[en] <b>subject field</b></p> <p>[fr] <b>domaine 2 (m)</b></p> <p>[es] <b>campo (m) / área temática (m)</b></p>
<p>An area of knowledge which is established for the purpose of grouping into conventional categories the concepts considered as belonging together. See also: domain.</p> <p>Note: Academic disciplines are considered to be broad subject fields.</p>

Quadro 2 - Glossary of Terms used in Terminology (De Bessé et al., 1997).

<sup>8</sup> *Glossary of Terms used in Terminology*. Disponível em linha em <https://benjamins.com/#catalog/journals/term.4.1.08bes/fulltex> [acedido em 11/01/2018]

De acordo com a definição, *domínio* pode ser uma área/campo temático, área do saber, disciplina, processos de produção ou métodos em que um conceito é usado, sendo adaptado ao longo do tempo pelos especialistas conforme necessário. Por conseguinte, o domínio é dinâmico e pode ter múltiplas estruturas. Quanto à definição de *subject field*, parece um pouco vaga e circular, pois é definido como sendo um agrupamento de conceitos considerados pertencentes a um todo e a definição remete para *domain*, que é tido como sinónimo de *area of knowledge*. Note-se ainda que, interessantemente, só em inglês é feita a distinção entre *domain* e *subject field*; em francês e em espanhol o termo é sempre *domaine* e *dominio* respetivamente. É de referir que não existem definições para os termos que são mencionados na nota: *area of knowledge* ou *discipline*, ficando a interrogação sobre qual o conceito a eles associado. Quanto às designações: *área do saber/conhecimento*, *campo de conhecimento*, *disciplina* ou *esfera de atividade*, foi efetuada uma pesquisa na literatura em Terminologia e não foram encontrados conceitos explícitos para cada um deles nem critérios distintivos, pelo que fica a interrogação se não serão apenas um reflexo da perspectiva de quem os utiliza. Salienta-se ainda o facto de nenhuma destas definições mencionar explicitamente que um domínio pode ser composto por várias áreas do conhecimento, áreas técnicas ou disciplinas.

Analisando alguns autores das várias abordagens em Terminologia, verifica-se que há afirmações que estão bastante assentes na noção implícita de *domínio* como uma única área do saber e parecem não abranger domínios que abarcam diversas áreas:

La terminología se centra únicamente en los términos, o palabras propias de un campo de especialidad (como la física, la química, la antropología o el dibujo artístico), o un área profesional (como el comercio, la industria, los deportes, etc.).

(Cabré, 1999, p. 25)

Texts provide the specifying information needed for the domain indications, the intention assessment and the perspectives taken.

The first step in the terminological analysis of a domain will be to list the domain specific terms which occur in texts. The information provided by the texts should allow for the distinction between terminology which is more relevant and terminology which is less relevant for a particular domain.

(Temmermann, 2000, p. 233)

Porém, a problemática da delimitação e do conceito de domínio torna-se notória na elaboração de terminologias para domínios heterogêneos, tendo já sido debatida por alguns autores da abordagem socioterminológica:

Dans la plupart des méthodologies, on suggère aux terminographes de documents produits et utilisés par de spécialistes. Ce qui implique, naïvement, un domaine assez délimité auquel se rattache un corps d'experts. Que se passe-t-il quand les sources de la terminologie ont les enjeux, comme dans notre cas ? [...] on l'a vue, dans « les pluies acides » sont la préoccupation de chimistes, de défenseurs de l'environnement, de fonctionnaires, de juristes... (...).

(Gambier, 1987, p. 318)

Delavigne (1995) aponta dificuldades quanto à delimitação do domínio ao selecionar textos para a criação de um *corpus* de estudo na área da energia nuclear, cujo critério para a compilação de textos, foi a existência de termos que mencionassem explicitamente a exploração nuclear civil. Nesse trabalho, a autora (*idem*) verificou que o domínio da energia nuclear é polimorfo, no qual intervêm noções de Física e Química Nuclear, Medicina, Direito ou Geografia, e concluiu que os textos compilados «(...) sont le reflet de la diversité de cette sphère d'activité qu'on ne peut clore de façon ferme et définitive» (*idem*, p. 3) e critica a noção de *domínio* aplicado ao estudo da terminologia para energia nuclear.

Além da Socioterminologia, a noção de domínio como uma área nitidamente definida e isolada de outras áreas do conhecimento não tem sido claramente questionada por todas as abordagens existentes em Terminologia.

Gaudin (1993) já havia proposto a denominação *atividade* em alternativa a *domínio*.

L'essentiel de la production terminologique est lié à l'innovation. Or, on sait que celle-ci naît de réseaux transversaux et que la circulation langagière, l'échange et la contamination des concepts entre les disciplines sont des moteurs puissants de l'innovation. La création de nombreux produits n'a été rendue possible grâce à la mise en relation de plusieurs techniques cloisonnées avant la production de ces produits nouveaux.

(Gaudin, 1993, p. 82)

Desta forma, para o autor não se pode falar em domínios fechados, mas de «(...) fonctionnement dans le cadre d'une activité» (*idem*, p. 83), ou seja, uma atividade em que a circulação de informação entre áreas do conhecimento e esferas de atividade é contínua.

Conceição (2005) propõe igualmente uma denominação alternativa e mais em consonância com os usos reais da língua nos discursos especializados, preconizados pela Socioterminologia.

En socioterminologie le domaine n'est plus une structure isolée de l'ensemble des savoirs mais une classe sémantique liée à une pratique sociale ; on préfère donc le terme « sphère d'activité » au détriment de celui de « domaine ». La sphère d'activité est un domaine composite et un continuum.

(Conceição, 2005, p. 36)

Em Socioterminologia há, pois, preferência pelo termo *atividade* ou *esfera de atividade* por considerá-los mais abrangentes e abertos. Neste excerto, além de propor uma denominação alternativa o autor também afirma que a esfera de atividade é um domínio compósito em que há uma interação contínua com outras áreas.

Fréjaville (2002, p. 12), caracteriza o domínio da Poluição como «(...) un savoir composite», dado que é tecnológico, económico e social, e posteriormente adota igualmente a denominação *domínio compósito* (Fréjaville, 2009).

Conceição (2016) propõe ainda, no caso específico de domínios compósitos como o da DM, a reformulação do conceito de *domínio* para *multidomínio*, denominação que também abrange a pluralidade de áreas sem haver uma relação hierárquica implícita. Esta perspetiva compreende a heterogeneidade que se verifica na DM, cujo conjunto de práticas e conhecimentos são utilizados numa «macroinformação» (Noronha & Conceição, 2017), numa relação de circularidade e interação contínua. Nesta complexidade de práticas e de conhecimentos, insere-se a área das Ciências da Nutrição, representando uma pequena parte desse conjunto.

A fim de exemplificar uma parte da dimensão da relação de áreas conexas com uma das áreas que compõem a DM e a complexidade que envolve a sua estrutura conceptual, apresenta-se uma proposta de delimitação do domínio das Ciências da Nutrição, apresentada por Remígio, Roberto e Costa (2006) cujo mapa conceptual se encontra representado na figura 1.

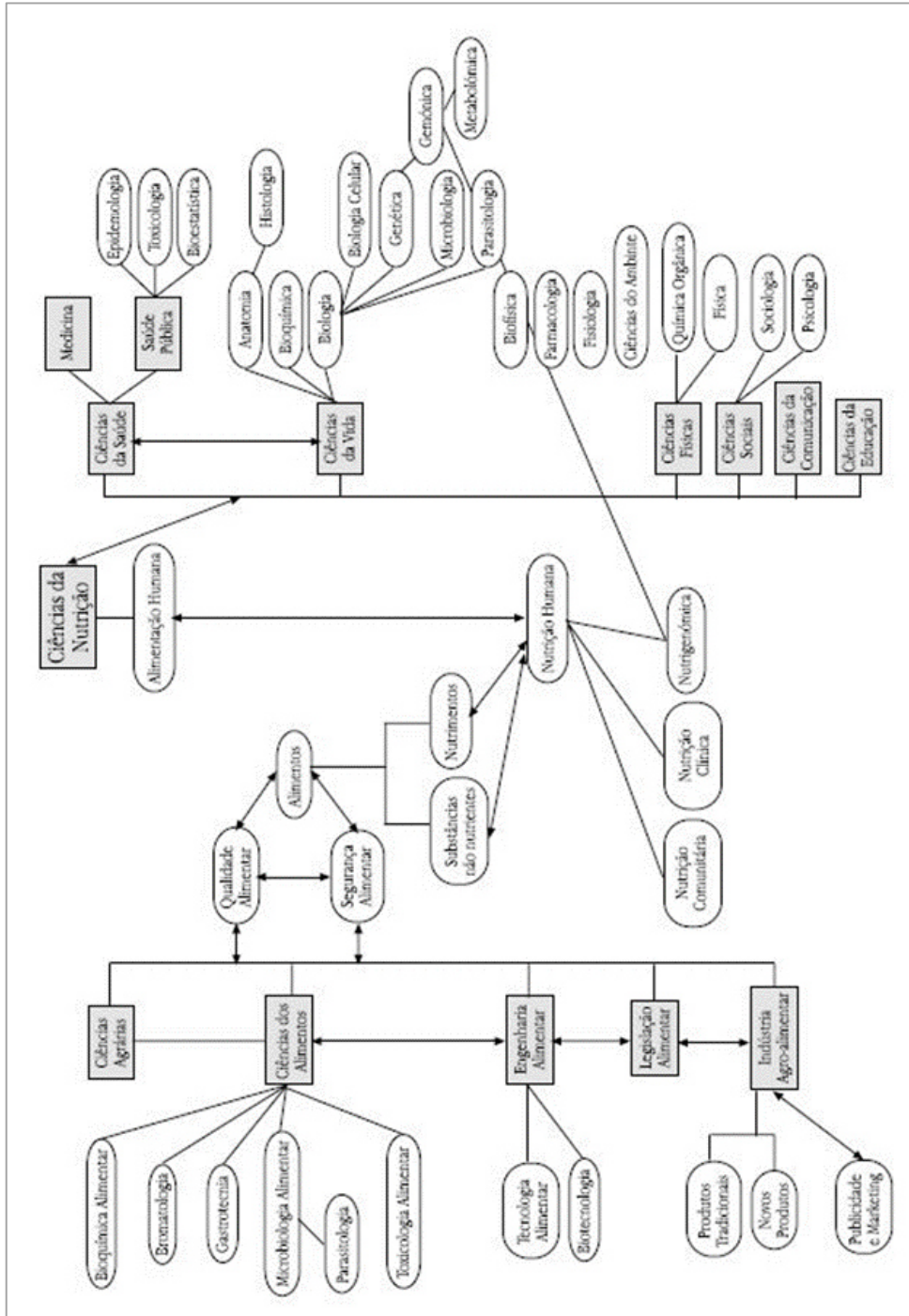


Figura 1 Terminologia e representação do conhecimento: uma proposta de posicionamento e delimitação conceitual da ciência da nutrição (Remígio, Roberto & Costa, 2006, p. 89).

Neste mapa conceptual, é possível constatar a dimensão considerável de uma única área que compõe a DM e a complexidade de interações que estabelece com outras áreas, possibilitando-nos a visualização de apenas uma pequena parte da delimitação conceptual da DM e as relações que mantém com áreas conexas.

Dadas as definições anteriormente apresentadas, que deixam transparecer a conceção de *domínio* como uma única área, possível de delimitar e estruturar conceptualmente, há indícios de que o conceito de *domínio* que existe em Terminologia não abarca inteiramente a complexidade e heterogeneidade que a DM revela. Esta complexidade, tal como mencionado anteriormente no caso da energia nuclear, reflete-se na tarefa de constituição de um *corpus*.

## 2.2. Que corpus de análise constituir para o estudo terminológico da Dieta Mediterrânica?

A Linguística de *Corpus* trouxe a possibilidade de verificar grandes quantidades de textos através de processamento informático, permitindo e agilizando estudos sobre os usos reais das línguas. Aplicada à Terminologia, a utilização de *corpora* constituídos por discursos especializados, ou seja, os discursos reais produzidos pelos especialistas, permite o estudo dos termos onde estes se apresentam de «forma natural» (Cabré, 1993, p. 169).

De nos jours, puisque une grande partie des travaux terminologiques sont conçus au sein de la terminologie textuelle, la constitution d'un corpus textuel est, généralement, l'une des premières étapes de la recherche en terminologie.

(Conceição, 2005, p. 125)

A constituição de um *corpus* de análise tornou-se uma prática comum em Terminologia, dado que a utilização de *corpus* no trabalho terminológico permite efetuar a análise da ocorrência de termos e a sua extração, possibilitando a construção

conceptual de um domínio, bem como a análise do contexto em que os termos ocorrem nos textos especializados.

Relativamente à definição de *corpus*, Pearson (1998, p. 43) afirma que «a corpus is an artefact; it is selected, chosen or assembled according to explicit criteria. It is stored in electronic format». Pearson (idem) preconiza o que denomina de *special purpose corpora*, isto é, a seleção de textos dentro de um tema, de acordo com o objetivo a que se propõe o trabalho.

Segundo Cabré (1999, p. 137), a metodología da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) preconiza que «cada trabajo en concreto adopta una estrategia en función de su temática, objetivos, contexto, elementos implicados y recursos disponibles». Segundo a autora, a metodologia consiste na compilação das unidades reais produzidas pelos especialistas em diferentes situações comunicativas, pelo que o *corpus* para extração dos termos deve ser heterogéneo e representativo. Nesta afirmação, Cabré (idem) menciona a heterogeneidade do *corpus* relativamente às diferentes situações de comunicação dos discursos especializados, porém, no caso da DM, os textos recolhidos para aquisição de competência cognitiva sobre o domínio eram igualmente heterogéneos na temática, dada a diversidade de áreas e atividades que engloba, pelo que o *corpus* teria também de ter em conta a heterogeneidade de temas. A delimitação do domínio, nos trabalhos efetuados com *corpus*, é essencial para efetuar a seleção de textos de especialidade dentro da área em que se pretende efetuar o trabalho terminológico a fim de identificar candidatos a termos para extração e posterior validação. No caso particular da DM, surge a questão de como delimitar o domínio e qual a melhor forma de constituir um *corpus* tão heterogéneo: constituir-se-ia um único *corpus* que reunisse todas as áreas e esferas de atividade que compõem a DM ou constituir-se-ia um *corpus* para cada uma das áreas e esferas de atividade que compõem a DM? Tanto a constituição de um *corpus* na área da DM ou de um pequeno *corpus* de cada área poderiam levantar a questão da representatividade dada a limitação de textos de livre acesso disponíveis.

A metodologia de constituição de um *corpus* para domínios compósitos preconizada por Fréjaville (2009) prevê a recolha de dados sobre as várias áreas de um domínio e a constituição de um *corpus* para aquisição de competência cognitiva e outro para o estudo terminológico, precedida de um estudo ontológico em que se faz uma análise

do domínio através de sistemas de classificação decimal e tesouros. No caso particular deste estudo sobre a DM, pretende-se incidir a atenção na análise dos discursos e problemáticas que envolvem a elaboração de terminologia neste domínio compósito, pelo que foi constituído um *special purpose corpus*, proposto por Pearson (1998), em que foram incluídas diversas áreas, atividades, práticas e conhecimentos que a DM envolve, com o intuito de constituir uma proposta de um *corpus* que cumprisse uma dupla função, permitindo adquirir competência cognitiva sobre a temática e servindo de base para efetuar o estudo terminológico. Por conseguinte, partiu-se da seleção de textos que mencionassem *Dieta Mediterrânica* no título ou subtítulo, à semelhança da metodologia seguida por Delavigne (1995) para o domínio compósito da energia nuclear. Durante a pesquisa de literatura disponível sobre a DM, verificou-se que a produção de textos de carácter científico ou técnico, de fontes credíveis, cujo título ou subtítulo mencione especificamente o domínio da DM, não é extensa, possivelmente por a DM ser uma área cujo estudo em Portugal é relativamente recente. Adicionalmente, por motivos práticos, procuraram-se textos de livre acesso, disponíveis em formato eletrónico.

A constituição de um *corpus* de análise é um procedimento que pressupõe decisões por parte do terminólogo, estando diretamente relacionada com o objetivo a que se propõe a elaboração de terminologia para um domínio e o público a que se destina. Assim, a elaboração de um recurso terminológico monolíngue e multolíngue para a DM teria um objetivo de carácter informativo, divulgativo e de fixação de conhecimentos, tendo de ter em conta que o seu público seria heterogéneo: um público especializado dentro das várias áreas do conhecimento, um público especializado dentro das esferas de atividade que compõem a DM e ainda um público não especializado, visto que um dos objetivos seria o de divulgar este padrão alimentar à população em geral através de uma terminologia estável.

Em seguida são apresentados os critérios que adotados para efetuar a seleção de textos:

- Título ou subtítulo com o tema da DM;
- O autor, reconhecido pela comunidade em que se insere;

- A entidade publicadora, especificamente sociedades de profissionais, instituições de ensino superior, entidades ou autores de autoridade reconhecida, a título de exemplo, a Direção-Geral de Saúde;
- Autores que estiveram diretamente relacionados com o processo de candidatura;
- Textos em língua portuguesa de autores portugueses, variante europeia, que não resultassem de tradução, de forma a garantir a genuinidade da terminologia utilizada nos textos;
- Textos com  $\leq 10$  anos.

Seguindo estes critérios, apresenta-se o conjunto de textos que formaram o *corpus* para aquisição de conhecimentos sobre a DM, como foi anteriormente referido, e que poderia constituir um ponto de partida para a criação de um *corpus* mais vasto. Como explicitado, os textos estão disponíveis na internet em formato digital e são de livre acesso. Para averiguar as áreas e/ou atividades que compõem a DM, serviram de guia as áreas apresentadas no livro *A Dieta Mediterrânica em Portugal: Cultura, Alimentação e Saúde* (Almeida et al., 2014), publicado pela Universidade do Algarve, instituição parceira na candidatura apresentada à UNESCO. Este livro contém textos produzidos por diversos especialistas no âmbito da realização do 1º Ciclo de Seminários sobre Dieta Mediterrânica, entre março e outubro de 2013, anteriores ao reconhecimento pela UNESCO, sendo que esta compilação de textos especializados teve como objetivo definir o conceito de Dieta Mediterrânica com intenção de o difundir. Assim, são apresentados os textos que foram selecionados de acordo com os critérios anteriormente explicitados e que estivessem relacionados com as áreas aí apresentadas: Cultura; Território, Agricultura e Pescas; Estilo de Vida, Alimentação e Saúde.

- 1) Afonso, L., Moreira, T., & Oliveira, A. (2014). Índices de adesão ao padrão alimentar mediterrânico – a base metodológica para estudar a sua relação com a saúde. *Fatores de Risco*, 31 (jan-mar), 48–55. Disponível em linha em [http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31\\_JanMar14.pdf](http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31_JanMar14.pdf) [acedido em 23/09/2017]
- 2) Almeida, C., Partidário, A., Carvalho, A. F., Marreiros, A., Rosa, A., Rodrigues, A., ... Carita, T. (2014). *A Dieta Mediterrânica em Portugal: Cultura, Alimentação e Saúde*. (A. Romano, Ed.). Faro: Universidade do

- Algarve. Disponível em linha em [http://www.apn.org.pt/documentos/ebooks/Ebook\\_Dieta\\_Mediterranica.pdf](http://www.apn.org.pt/documentos/ebooks/Ebook_Dieta_Mediterranica.pdf) [acedido em 18/08/2017]
- 3) Barros, V. (2014). Aposta numa agricultura sustentável ao serviço de uma alimentação saudável. *Fatores de Risco*, 31(jan-mar), 94–97. Disponível em linha em [http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31\\_JanMar14.pdf](http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31_JanMar14.pdf) [acedido em 23/09/2017]
  - 4) Barros, V., Carrageta, M., Graça, P., Queiroz, J., & Sarmiento, M. (n.d.). Dieta Mediterrânica. Um Património Civilizacional Partilhado. Divulgação, Portugal: Turismo de Portugal. Disponível em linha em [http://www.turismodeportugal.pt/Português/turismodeportugal/publicacoes/Documentos/Dieta\\_Mediterranea\\_por.pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Português/turismodeportugal/publicacoes/Documentos/Dieta_Mediterranea_por.pdf) [acedido em 17/02/2017]
  - 5) Carrageta, M. (2014). A Dieta Mediterrânica e as doenças cardiovasculares. *Fatores de Risco*, 31(jan-mar), 24–29. Disponível em linha em [http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31\\_JanMar14.pdf](http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31_JanMar14.pdf) [acedido em 24/09/2017]
  - 6) Dias, J., Matos, E., Colen, R., Ramalho, A., & Dinis, M. T. (2012, dezembro). O Consumo de Peixe na Dieta Mediterrânica. *UALGzine*, 14. Disponível em linha em [http://www.cieo.pt/downloads/web\\_ualgzine\\_6.pdf](http://www.cieo.pt/downloads/web_ualgzine_6.pdf) [acedido em 1/08/2017]
  - 7) Durão, C., Oliveira, J., & M, de A. (2008). Portugal e o Padrão Alimentar Mediterrânico. *SPCNA*, 14(3), 115–128. Disponível em linha em [http://www.spcna.pt/download.php?path=pdfs&filename=SPCNA\\_20100123134305\\_RAH\\_2008\\_n\\_3\\_3.pdf](http://www.spcna.pt/download.php?path=pdfs&filename=SPCNA_20100123134305_RAH_2008_n_3_3.pdf) [acedido em 23/09/2017]
  - 8) Freitas, A. (coord.) et al. (2015). *Dimensões da Dieta Mediterrânica, Património Cultural Imaterial*. Faro: Universidade do Algarve. Disponível em linha em <https://issuu.com/ualg/docs/dimensoes-dieta-mediterranica/3> [acedido em 18/09/2017]
  - 9) Machado, C. (2013). Dieta Mediterrânica: a dieta que protege? *Revista Portuguesa de Medicina Geral E Familiar*, 29(4), 265–267. Disponível em linha em <http://www.rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/article/view/11114/10844> [acedido em 21/08/2017]
  - 10) Pedrosa, C. (2013). A Dieta Mediterrânica reduz o risco de síndrome metabólica. *Fatores de Risco*, 29(abr-jun), 52–55. Disponível em linha em <http://www.spc.pt/SPC/AreaCientifica/publicacoes/rfr/artigo.aspx?id=cr8fti75n2> [acedido em 23/09/2017]

- 11) Pereira, C. M. (2011). Redução da incidência de Diabetes Tipo 2 e Dieta Mediterrânica: comentário ao estudo de intervenção nutricional PREDIMED - Reus. *Fatores de Risco*, 20 (jan-mar), 94–97. Disponível em linha em <http://www.spc.pt/SPC/AreaCientifica/publicacoes/rfr/artigo.aspx?id=8qkjmjwjkg> [acedido em 21/08/2017]
- 12) Pinho, I., Franchini, B., & Rodrigues, S. (2016). Guia alimentar mediterrânico: relatório justificativo do seu desenvolvimento. divulgação, Portugal: Direção Geral de Saúde. Disponível em linha em <http://nutrimento.pt/activeapp/wp-content/uploads/2016/07/Guia-alimentar-mediterrânico.pdf> [acedido em 2/01/2017]
- 13) Pinho, I., Rodrigues, S., Franchini, B., & Graça, P. (2016). Padrão alimentar mediterrânico: promotor de saúde. Divulgação, Portugal: Direção Geral de Saúde. Disponível em linha em [http://nutrimento.pt/activeapp/wp-content/uploads/2016/02/Padrão-Alimentar-Mediterrânico\\_Promotor-de-saúde.pdf](http://nutrimento.pt/activeapp/wp-content/uploads/2016/02/Padrão-Alimentar-Mediterrânico_Promotor-de-saúde.pdf) [acedido em 23/09/2017]
- 14) Queiroz, J. (2014). Dieta Mediterrânica: um modelo cultural. *Fatores de Risco*, 31 (jan-mar), 8–18. Disponível em linha em [http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31\\_JanMar14.pdf](http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31_JanMar14.pdf) [acedido em 14/08/2017]
- 15) Queiroz, J., & Costa, M. (2013). Dieta Mediterrânica, Património Imaterial da Humanidade. *APH*, 114 (jan-mar), 34–37. Disponível em linha em [http://www.aphorticultura.pt/uploads/4/8/0/3/48033811/revista\\_114\\_entrevista.pdf](http://www.aphorticultura.pt/uploads/4/8/0/3/48033811/revista_114_entrevista.pdf) [acedido em 19/08/2017]
- 16) Romano, A., & Gonçalves, S. (2015). *Plantas silvestres comestíveis do Algarve*. Faro: Universidade do Algarve. Disponível em linha em <https://issuu.com/ualg/docs/plantas-silvestres-comestiveis-do-a> [acedido em 19/09/2017]
- 17) UNESCO. (2003). Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Paris, França. Disponível em linha em <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf> [acedido em 29/01/2017]
- 18) Valação, M. M. (2011). Dieta mediterrânica, Património Imaterial da Humanidade. *APH*, 105 (abr-jun), 23–27. Disponível em linha em <http://www.dietamediterranea.net/sites/default/files/artigo.pdf> [acedido em 24/08/2017]

Os textos em 1), 5) e 9) são na área da Medicina, um dos quais especificamente na área da Cardiologia, e os outros são resultados de estudos sobre o impacto da DM na

saúde. Estes textos foram selecionados por terem sido publicados em revistas de especialidade, sendo dirigidos a especialistas da área, pelo que apresentam uma densidade terminológica elevada.

Os textos dos livros enumerados em 2) e 8) foram selecionados por constituírem uma compilação de textos produzidos por especialistas em várias áreas, cujo intuito é definir a DM e que serviu de guia para selecionar as áreas para os restantes textos.

Os textos nos pontos 6), 7), 10) e 11) foram selecionados por serem da área da Ciências da Nutrição, uma das áreas que compõem a DM. Enfatiza-se a seleção do texto em 7), por incluir a definição do conceito de Dieta Mediterrânica e o conceito de Plano Alimentar Mediterrânico (PAM). O texto em 8) foi selecionado dado que a Agricultura também é uma das áreas do livro que serviu de guia.

No respeitante aos textos em 12) e 13), foram selecionados por serem textos institucionais, no âmbito do programa nacional para a Promoção da Alimentação Saudável, produzidos por especialistas.

O livro que se incluiu no ponto 16, foi selecionado porque integra termos populares para as designações das plantas, apresentando-os como sinónimos de termos científicos, e que foram considerados pertinentes para a terminologia da DM, dado que as ervas aromáticas fazem parte deste padrão alimentar.

Os textos em 14), 15), 17) e 18) foram escolhidos por se inserirem na área da Cultura, uma das dimensões da DM, sendo que o texto em 18) estabelece uma relação mais detalhada entre Cultura e Alimentação. Por fim, engloba-se o texto mencionado no ponto 19), com terminologia na área do Património Cultural Imaterial.

Com esta seleção, tentou criar-se um conjunto de textos abrangente em áreas e que fossem produzidos por especialistas. Há, no entanto, há algumas limitações a apontar, nomeadamente sobre a representatividade dos textos escolhidos, pela escassa produção de textos e autores sobre a DM de acesso livre e algumas lacunas relativas a textos ligados a áreas técnicas, como a produção de azeite e de vinho.

Uma das dificuldades em selecionar textos para aquisição de competência cognitiva sobre o domínio e posterior constituição deste *corpus* de análise foi se se tratava de um texto especializado. Embora haja alguns textos que tenham sido mais fáceis de categorizar como especializados dada a sua densidade terminológica – tendo como exemplo relatórios sobre resultados de estudos –, outros foram mais difíceis,

nomeadamente, textos com um caráter divulgativo mais acentuado, ou, ainda, pela área em que se inserem, nomeadamente, textos na área da Cultura.

### 2.3. Síntese

No ponto 2 deste estudo foram reunidas algumas definições de *domínio* existentes atualmente em Terminologia, cujo conceito dá indícios de não abranger inteiramente domínios marcadamente heterogêneos em áreas, esferas de atividades e intervenientes, em que intervêm especialistas em áreas científicas e técnicas, bem como não especialistas. Estas características refletem-se na criação de um *corpus* para estudo terminológico, dada a dificuldade na delimitação de áreas e na categorização de textos como especializados, com especial ênfase em textos na área da Cultura. Em consequência, os textos compilados para a aquisição de competência cognitiva e para o estudo que se pretende efetuar, o *corpus* de análise, é heterogêneo para ser o mais representativo quanto possível da diversidade de áreas que a DM envolve. Para melhor demonstrar esta diversidade e heterogeneidade, no ponto 3 será efetuada a caracterização do que, de agora em diante, será denominado o domínio composto da Dieta Mediterrânica.

### 3. A Dieta Mediterrânea - Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade

#### 3.1. A UNESCO

Durante a II Guerra Mundial, representantes de governos europeus reuniram-se na Conference of Allied Ministers of Education (CAME) <sup>9</sup> no Reino Unido, a fim de discutirem a recuperação dos seus sistemas educativos após a guerra. O projeto ganhou notoriedade a nível global e, logo após o término da guerra, seguindo a proposta avançada pela CAME para a criação de uma organização educativa e cultural, realizou-se uma nova conferência em Londres, resultando na fundação da UNESCO, cuja finalidade está expressa na sua Constituição, ratificada em 1946:

(...) to contribute to peace and security by promoting collaboration among nations through education, science and culture in order to further universal respect for justice, for the rule of law and for the human rights and fundamental freedoms which are affirmed for the peoples of the world, without distinction of race, sex, language or religion, by the Charter of the United Nations (p. 1, art. I).<sup>10</sup>

(UNESCO)

Para pôr em prática os seus objetivos, a UNESCO concentra a sua atenção em cinco ações: (i) Estudos prospetivos sobre a educação, ciência, cultura e comunicação para o futuro; (ii) Avanço, transmissão e partilha do conhecimento baseados principalmente em atividades de pesquisa, formação e educação; (iii) Fixar padrões – preparação e adoção de instrumentos internacionais e recomendação de normas; (iv) Proporcionar conhecimento especializado aos Estados-Membros para o desenvolvimento das suas políticas e projetos sob a forma de "cooperação técnica"; (iv) Troca de informação especializada<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> UNESCO. Disponível em linha em <http://www.unesco.org/new/en/unesco/about-us/who-we-are/history/> [acedido em 04/03/2017].

<sup>10</sup> UNESCO. Disponível em linha em [http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL\\_ID=15244&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=15244&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html) [acedido em 27/09/2017].

<sup>11</sup> UNESCO. Disponível em linha em <http://www.unesco.org/education/asp/pdf/wunesco.pdf> [acedido em 03/03/2017]. Tradução livre da autora.

Desde a sua fundação, ocorreram muitas alterações quanto ao número de países que integram a UNESCO, que atualmente conta com 195 Estados-membros e 10 Membros associados.

### 3.2. Património Cultural da Humanidade

A UNESCO adotou a Convenção<sup>12</sup> para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural em 1972. Tendo em conta a importância do património cultural e natural para todos os povos do mundo e a necessidade de o proteger das ameaças de destruição – tanto pela ação da natureza como pela ação humana – e considerando que cada país poderá não dispor dos meios suficientes ou ter limitações a nível económico, o ato constitutivo da UNESCO prevê o apoio desta entidade, no sentido de promover, conservar e proteger o património. Os critérios estabelecidos para a definição de Património Cultural estão explicitados no Artigo 1.º da Convenção da UNESCO acima mencionada:

Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.”

Os critérios estabelecidos para a definição de Património Natural no Artigo 2.º da mesma Convenção:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

---

<sup>12</sup> UNESCO. Convenção para a proteção do Património Mundial, Cultural e natural. Disponível em linha em <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> [acedido em 21/03/2017].

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural.

Cabe a cada Estado identificar e inventariar o património para a elaboração da candidatura a apresentar à UNESCO e, após a inscrição, adotar medidas de preservação e valorização, utilizando prioritariamente os seus próprios recursos (UNESCO).

### 3.3. Património Cultural Imaterial da Humanidade

Os avanços tecnológicos e a evolução económica, particularmente a partir da segunda metade do século XX – e mais recentemente o fenómeno da globalização – trouxeram alterações na organização social, introduzindo novos valores na sociedade e alterando padrões vida, de comportamento e de consumo, entre os quais os hábitos alimentares. Estas alterações levaram a UNESCO a constituir a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial<sup>13</sup> da Humanidade em 2003. Com o intuito de preservar a diversidade cultural e considerando uma maior abrangência do conceito de património cultural para além de construções ou formações geográficas de valor excecional, reconheceu o valor de:

(...) traditions or living expressions inherited from our ancestors and passed on to our descendants, such as oral traditions, performing arts, social practices, rituals, festive events, knowledge and practices concerning nature and the universe or the knowledge and skills to produce traditional crafts<sup>14</sup>

Nesta Convenção, a UNESCO reconhece o Património Cultural como forma de aproximação, diálogo e compreensão entre culturas e propõe cinco domínios: «a) tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural

---

<sup>13</sup> UNESCO, Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Disponível em linha em <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf> [acedido em 21/03/2017].

<sup>14</sup> UNESCO, Intangible Cultural Heritage. Disponível em linha em <https://ich.unesco.org/en/what-is-intangible-heritage-00003> [acedido em 15/03/2017].

imaterial; b) artes do espectáculo; c) práticas sociais, rituais e actos festivos; d) conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo; e) técnicas artesanais tradicionais»<sup>15</sup>.

A inscrição na lista de Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO prevê obrigações por parte dos Estados, tal como a apresentação de relatórios periódicos ou a criação de medidas de salvaguarda do património inscrito e também uma inscrição de carácter urgente.

### 3.4. A Dieta Mediterrânica

#### 3.4.1. O conceito de Dieta Mediterrânica

Os primeiros estudos sobre os hábitos alimentares nos países mediterrânicos foram realizados após a II Guerra Mundial, quando o governo grego solicitou um estudo epidemiológico à Fundação Rockefeller. Este estudo foi realizado na ilha de Creta e tinha o propósito de melhorar o padrão de vida dos cretenses; os resultados foram publicados em 1953 (Nestle, 1995).

Ainda na década de 50 do século passado, o investigador norte-americano Ancel Keys, interessado nos baixos índices de doenças coronárias e cardiovasculares na região do Mediterrâneo, iniciou um estudo de mais de duas décadas em sete países: Estados Unidos, Finlândia, Japão, ex-Jugoslávia, Holanda, Grécia e Itália. Neste estudo, cujos resultados foram divulgados em diversas publicações ao longo dos anos, entre as quais se destaca *Seven countries: a multivariate analysis of death and coronary heart disease* (Freitas (coord.) et al., 2015, p. 31), verificou-se que os países na zona do Mediterrâneo apresentavam um número substancialmente mais reduzido de doenças coronárias e cardiovasculares do que nos restantes países estudados. Keys detetou um padrão alimentar comum aos países mediterrânicos e concluiu que a disparidade destes números se devia à alimentação e ao estilo de vida praticados nos países mediterrânicos, atribuindo-lhe o nome *Dieta Mediterrânica*. *Díaita*, traduzido do grego como «estilo de vida» e do latim *Mar Mediterraneum*, «o mar no meio das

---

<sup>15</sup> Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. UNESCO. Disponível em linha em <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf> [acedido em 06/03/2018]

terras» (idem, p. 19), é um estilo de vida que resulta da adaptação do Homem ao clima e à fauna e flora da bacia do Mediterrâneo e que conta com o reconhecimento da Organização Mundial de Saúde (OMS), (Almeida et al., 2014).

Esta adaptação faz com que a Dieta Mediterrânica apresente diferenças entre os vários países mediterrânicos, não obstante, possui traços que são transversais a todos eles, sendo decorrentes da mescla de culturas resultante do contacto entre povos, refletindo-se na forma de se alimentarem, na sua vivência, cultura e relacionamento social. As técnicas de produção, captura, recolha, preservação e confeção dos alimentos foram apuradas ao longo do tempo, tendo este conhecimento empírico sido transmitido através de gerações, o que permitiu a sua sobrevivência até mesmo em épocas de escassez.

A DM é sustentada numa alimentação à base de produtos frescos, numa agricultura familiar que promove a agricultura sustentável, isto é, uma agricultura que respeita o ambiente e não esgota os recursos naturais. Através da produção tradicional, local e sazonal dos alimentos contribui para a preservação da natureza, garantindo a sua sustentação para as gerações futuras. A DM não se resume a uma alimentação equilibrada e saudável. É todo um conjunto de técnicas, conhecimentos e crenças, aliados a um estilo de vida do qual são indissociáveis a convivialidade e partilha às refeições, constituindo «(...) um momento de troca social e de comunicação, uma afirmação e renovação da identidade da família, do grupo ou da comunidade»<sup>16</sup>, sendo que este é um dos traços comuns aos países candidatos e um dos mais distintivos da DM.

---

<sup>16</sup> Comissão Nacional da UNESCO. Disponível em linha em <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/noticias/324-dieta-mediterranica-na-lista-do-patrimonio-imaterial> [acedido em 03/03/2017].

### 3.4.2. A Dieta Mediterrânica em Portugal

Em Portugal, há diferenças entre a alimentação do norte e do sul do país, do qual as zonas do Algarve e Alentejo apresentam hábitos mais marcadamente mediterrânicos (Valagão, 2011). Apesar desta diferença, a cultura da oliveira, que estabelece os limites das influências mediterrânicas, existe por todo o território nacional e é um indício de que a alimentação mediterrânica seria praticada em todo o território português (idem). Adicionalmente, os valores de convivialidade e partilha às refeições são transversais a todo o país.

No quadro 3, são apresentados os princípios da DM em Portugal (Graça, 2014, p.22)<sup>17</sup>

- Frugalidade e cozinha simples que tem na sua base preparados que protegem os nutrientes como as sopas, os cozidos, os ensopados e as caldeiradas.
- Elevado consumo de produtos vegetais em detrimento do consumo de produtos alimentares de origem animal, nomeadamente de produtos hortícolas, fruta, pão de qualidade e cereais pouco refinados, leguminosas secas e frescas, frutos secos e oleaginosos.
- Consumo de produtos vegetais produzidos localmente ou próximos, frescos e da época;
- Consumo de azeite como principal fonte de gordura;
- Consumo moderado de lacticínios;
- Utilização de ervas aromáticas para temperar em detrimento do sal;
- Consumo mais frequente de pescado comparativamente com consumo baixo e menos frequente de carnes vermelhas;
- Consumo baixo a moderado de vinho e apenas nas refeições principais;
- Água como principal bebida ao longo do dia;
- Convivialidade à volta da mesa.

*Quadro 3 – Princípios da Dieta Mediterrânica em Portugal*

A nível nacional, a classificação atribuída pela UNESCO representa uma valorização não só de Portugal e do património herdado, mas também do Algarve, região onde

<sup>17</sup> Revista Fatores de Risco, nº 31, p. 22. Disponível em linha em [https://www.alimentacaosaudavel.dgs.pt/activeapp/wp-content/files\\_mf/1444920098dm\\_perspectivadesa%C3%BAde.pdf](https://www.alimentacaosaudavel.dgs.pt/activeapp/wp-content/files_mf/1444920098dm_perspectivadesa%C3%BAde.pdf) [acedido em 23/02/2017]

está situada a cidade de Tavira<sup>18</sup>, sede da candidatura da comunidade representativa da DM. A escolha desta cidade para representar a candidatura portuguesa deve-se à presença de um legado mediterrânico variado, cita-se como exemplo, edificações e heranças fenícias, romanas e muçulmanas, a cultura da oliveira, a salinicultura ou as festividades que realiza (Queiroz, 2014). A inscrição na lista de PCIH, para o Algarve, é o reconhecimento do património local e uma oportunidade de desenvolvimento a diversos níveis. A nível económico, pelas potencialidades de novos negócios relacionados com esta área, bem como pela possibilidade de incremento do turismo – uma das maiores fontes de rendimento da região algarvia – através da inovação e/ou renovação da oferta turística, o que poderá gerar maiores receitas e, como benefício, a região vir a ter um maior peso político junto do Governo central. A nível cultural, pela redescoberta e valorização do património cultural e intercâmbio com as culturas dos outros países do grupo mediterrânico; a nível social, pela valorização das suas tradições, património herdado e da zona interior do barrocal algarvio que se encontra em crescente desertificação devido ao afastamento da população mais jovem, que procura oportunidades de emprego nos centros urbano ou fora do país. Adicionalmente, a DM poderá igualmente representar uma oportunidade para o Algarve divergir do padrão de região de turismo estival para turismo cultural, possibilitando uma dinamização do turismo durante todo o ano.

### 3.5. Candidatura transnacional da Dieta Mediterrânica a Património Cultural Imaterial da Humanidade

A primeira candidatura da DM para a Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO foi apresentada por Marrocos, Grécia, Itália e Espanha, tendo Espanha desempenhado um papel importante no processo de candidatura com a criação da *Fundación Dieta Mediterránea*, que trabalhou em colaboração com entidades governamentais espanholas. Em novembro de 2010, a DM foi reconhecida PCIH durante a 5.ª Sessão do Comité Intergovernamental, em Nairobi, Quênia.

---

<sup>18</sup> Revista Fatores de Risco, nº 31. Disponível em linha em [http://www.alimentacaosaudavel.dgs.pt/activeapp/wp-content/files\\_mf/1444919846dmmodelocultural.pdf](http://www.alimentacaosaudavel.dgs.pt/activeapp/wp-content/files_mf/1444919846dmmodelocultural.pdf) [acedido em 24/02/2017].

Perante o reconhecimento da DM pela UNESCO em 2010, algumas entidades portuguesas, entre as quais a Fundação Portuguesa de Cardiologia, expressaram junto de autoridades nacionais a importância de também incluir Portugal na lista de países representativos da DM, apesar de Portugal não estar geograficamente situado na bacia do Mediterrâneo. Com efeito, as suas características climáticas (Freitas (coord.) et al., 2015), aliadas à movimentação de populações ao longo dos séculos de e para o seu território, influenciaram o tipo de alimentos cultivados – e em consequência os seus hábitos alimentares – bem como toda a sua Cultura, enquadrando-o no perfil dos países da DM. Desta forma, Portugal manifestou o seu interesse aos outros países em aderir ao grupo durante a sessão em Nairobi, tendo esta intenção sido aceite com agrado. Todavia, o alargamento da inscrição na lista representativa a Portugal a Marrocos e à Croácia, que manifestaram igualmente esse desejo, exigia uma nova candidatura. A preparação da nova candidatura, em Portugal, contou com a colaboração de várias entidades portuguesas, nomeadamente o Ministério da Saúde e Direção Geral de Saúde, Câmara Municipal de Tavira ou ainda a CCDR Algarve. A preparação desta candidatura, levou à elaboração de relatórios técnicos, assim como ao desenvolvimento de ações em colaboração com os restantes países, e ainda ações de divulgação junto da população portuguesa. Para tal, têm sido realizadas diversas atividades destinadas às populações, tais como mercados, festivais de música, oficinas de aprendizagem de artesanato, feiras gastronómicas, incluindo ciclos de seminários promovidos por diversas entidades, entre as quais a Universidade do Algarve. No documento de candidatura<sup>19</sup>, para além de Tavira, foram identificadas mais seis comunidades representativas: Agros (Chipre), Brač e Hvar (Croácia), Soria (Espanha), Koroni/Coroni (Grécia), Cilento (Itália), Chefchaouen (Marrocos), tendo-se incluído a extensão territorial dessas comunidades e a pessoa de contacto para cada uma dessas comunidades. Na identificação dos elementos a apresentar na candidatura constaram :

les traditions et expressions orales, y compris la langue comme vecteur du patrimoine culturel immatériel ; les pratiques sociales, rituels et événements festifs ; les

---

<sup>19</sup> Documento de candidatura à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade. Disponível em <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/download.php?versionID=20927> [acedido em 04/02/2017].

connaissances et pratiques concernant la nature et l'univers ; les savoir-faire liés à l'artisanat traditionnel.

No mesmo documento, foram explicitados os esforços de divulgação, preservação, revitalização e identificação que todos haviam efetuado a nível local, regional e nacional até ao momento da candidatura, assim como os que ainda decorriam e, adicionalmente, medidas de salvaguarda a serem desenvolvidas e aplicadas por cada país. Adicionalmente, os sete países comprometeram-se a elaborar planos de salvaguarda, tendo sido avançadas algumas das medidas a aplicar, a título de exemplo, a organização de campanhas de sensibilização para a temática da DM, o compromisso na realização de encontros entre estes países com o intuito de melhorar o conhecimento mútuo, fortalecer as ligações existentes e partilhar experiências, a promoção da mobilidade de estudantes, académicos e artesãos, e ainda medidas técnicas, financeiras e legais que estivessem em estudo, em curso ou a adotar pelos Estados candidatos. Desta forma, todos os países assumiram o compromisso de manter, divulgar, promover e justificar a inscrição da DM na lista do PCIH. A nova candidatura foi aceite a 4 de dezembro de 2013, em Baku, Azerbaijão.

### 3.6. Síntese

Neste capítulo, fez-se a caracterização do domínio a fim de realçar o conjunto diversificado de áreas do conhecimento, esferas de atividade e de intervenientes, com níveis de especialização diferentes, que a DM abrange. Esta diversidade pode suscitar variação terminológica e levar ao surgimento de problemas de comunicação. Desta forma, este estudo propõe-se levantar e expor algumas questões relacionadas com a Terminologia, entre as quais, a variação terminológica e/ou conceptual, fazendo uma reflexão sobre as implicações que na elaboração de uma terminologia para a DM, cujo objetivo é facilitar a comunicação entre os diversos intervenientes por forma a transmitir conhecimento no domínio da DM, sendo a metodologia explicitada em 4.

#### 4. Metodologia

Um dos objetivos deste estudo é fazer uma reflexão sobre o conceito de *domínio* em Terminologia, bem como analisar problemas que envolvem a elaboração de terminologia para a DM, designadamente, a elaboração de um recurso terminológico. No ponto 2 deste trabalho, na análise sobre o conceito de *domínio*, foram apresentadas algumas definições de *domínio* encontradas em dicionários, assim como algumas das perspetivas dos vários quadros teóricos em Terminologia e discutiu-se a problemática da constituição de um *corpus* neste domínio composto, seguida da sua descrição, efetuada em 3.

No respeitante ao estudo terminológico que se pretende realizar sobre a problemática da elaboração de terminologia e construção de um recurso terminológico para a DM, constituiu-se o *corpus* de análise, que é seguidamente apresentado, a partir do *corpus* de referência sobre o domínio, cujos textos foram selecionados por apresentarem questões terminológicas pertinentes:

1. Afonso, L., Moreira, T., & Oliveira, A. (2014). Índices de adesão ao padrão alimentar mediterrânico – a base metodológica para estudar a sua relação com a saúde. *Fatores de Risco*, 31 (jan-mar), 48–55. Disponível em linha em [http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31\\_JanMar14.pdf](http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31_JanMar14.pdf) [acedido em 23/09/2017]
2. Almeida, C., Partidário, A., Carvalho, A. F., Marreiros, A., Rosa, A., Rodrigues, A., ... Carita, T. (2014). *A Dieta Mediterrânica em Portugal: Cultura, Alimentação e Saúde*. (A. Romano, Ed.). Faro: Universidade do Algarve. Disponível em linha em [http://www.apn.org.pt/documentos/ebooks/Ebook\\_Dieta\\_Mediterranica.pdf](http://www.apn.org.pt/documentos/ebooks/Ebook_Dieta_Mediterranica.pdf) [acedido em 18/08/2017]
3. Barros, V. (2014). Aposta numa agricultura sustentável ao serviço de uma alimentação saudável. *Fatores de Risco*, 31(jan-mar), 94–97. Disponível em linha em [http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31\\_JanMar14.pdf](http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31_JanMar14.pdf) [acedido em 23/09/2017]
4. Carrageta, M. (2014). A Dieta Mediterrânica e as doenças cardiovasculares. *Fatores de Risco*, 31(jan-mar), 24–29. Disponível em linha em [http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31\\_JanMar14.pdf](http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31_JanMar14.pdf) [acedido em 24/09/2017]
5. Durão, C., Oliveira, J., & M, de A. (2008). Portugal e o Padrão Alimentar Mediterrânico. *SPCNA*, 14(3), 115–128. Disponível em linha em

[http://www.spcna.pt/download.php?path=pdfs&filename=SPCNA\\_20100123134305\\_RAH\\_2008\\_n\\_3\\_3.pdf](http://www.spcna.pt/download.php?path=pdfs&filename=SPCNA_20100123134305_RAH_2008_n_3_3.pdf) [acedido em 23/09/2017]

6. Freitas, A. (coord. (2015). *Dimensões da Dieta Mediterrânica, Património Cultural Imaterial*. Faro: Universidade do Algarve. Disponível em linha em <https://issuu.com/ualg/docs/dimensoes-dieta-mediterranica/3> [acedido em 18/09/2017]
7. Pedrosa, C. (2013). A Dieta Mediterrânica reduz o risco de síndrome metabólica. *Fatores de Risco*, 29 (abr-jun), 52–55. Disponível em linha em <http://www.spc.pt/SPC/AreaCientifica/publicacoes/rfr/artigo.aspx?id=cr8fti75n2> [acedido em 23/09/2017]
8. Pereira, C. M. (2011). Redução da incidência de Diabetes Tipo 2 e Dieta Mediterrânica: comentário ao estudo de intervenção nutricional PREDIMED - Reus. *Fatores de Risco*, 20 (jan-mar), 94–97. Disponível em linha em <http://www.spc.pt/SPC/AreaCientifica/publicacoes/rfr/artigo.aspx?id=8qkjmjwjkg> [acedido em 21/08/2017]
9. Romano, A., & Gonçalves, S. (2015). *Plantas silvestres comestíveis do Algarve*. Faro: Universidade do Algarve. Disponível em linha em <https://issuu.com/ualg/docs/plantas-silvestres-comestiveis-do-a> [acedido em 19/09/2017]

Após a constituição do *corpus*, em 4.1., determina-se qual a metodologia mais adequada a este estudo: a metodologia tradicionalmente utilizada nos trabalhos em Terminologia, que parte do conceito para encontrar o termo, a abordagem onomasiológica, ou a metodologia baseada na abordagem semasiológica, que parte do termo para encontrar o conceito.

Em 5.1., faz-se uma caracterização da tipologia textual de livre acesso que foi encontrada para a realização deste estudo. Em seguida, explora-se o *corpus* que foi constituído, analisando alguns candidatos a termos e abordando questões como a polissemia ou a sinonímia, com o objetivo de verificar fenómenos relacionados com os discursos especializados nesta área. Adicionalmente, em 5.2.3., explora-se um recurso digital – MEDDIET<sup>20</sup> –, um portal que divulga e disponibiliza informação sobre a DM em cinco línguas: italiano, inglês, francês, português e espanhol, cuja criação é da responsabilidade da Università degli Studi di Roma Unitelma Sapienza, no âmbito da

---

<sup>20</sup> Portal MEDDIET. Disponível em linha em <http://pt.dietamedunesco.it/comunita/comunita-emblematiche> [acedido em 28/09/2017]

realização da EXPO 2015 em Milão. Em 5.3., debate-se o conceito de especialista e de termo. Em 6, faz-se uma consideração sobre que recurso terminológico poderia ser adequado ao domínio compósito da DM e a forma de organizar este conhecimento, tanto monolíngue como multilíngue, implicando questões como a normalização e harmonização, inserido num trabalho terminológico concertado com as outras comunidades representativas. Por último, apresenta-se a conclusão deste estudo relativamente a cada uma das perguntas de investigação.

#### 4.1. Terminologia e organização do conhecimento: abordagem onomasiológica e abordagem semasiológica

A elaboração de terminologia pressupõe um estudo dos discursos produzidos por especialistas da área em que se efetua o trabalho terminológico. Este estudo não constitui exceção e foi necessário averiguar que abordagem deveria ser seguida para o trabalho que se pretende efetuar.

Tradicionalmente, os conceitos e as relações que estabelecem entre si constituem a primeira preocupação para a Terminologia, pelo que a abordagem onomasiológica tem sido privilegiada pelos estudos e trabalhos em Terminologia. Contudo, o surgimento da Socioterminologia, sob a influência da Sociolinguística, tanto teórica como prática (Gaudin, 2005), trouxe um novo paradigma teórico e prático à Terminologia, valorizando os contextos e as relações semânticas nos textos. Segundo o autor, os seus impulsionadores foram a França, em Rouen, e o Canadá, no Québec. Em França, pelos estudos sociolinguísticos teóricos de comunicações científicas, técnicas e institucionais que foram desenvolvidos; no Québec, também por estudos sociolinguísticos desenvolvidos, porém de carácter prático. A falta de resposta da Teoria Geral da Terminologia (TGT) aos problemas resultantes destes estudos originou a procura de uma nova perspectiva da Terminologia que abrangesse estas questões, surgindo, assim, a Socioterminologia. A Socioterminologia procura o estudo da língua no seu uso real, trazendo para a Terminologia uma valorização do termo inovadora, defendendo uma abordagem descritiva, no sentido de aprofundar o

conhecimento sobre os discursos especializados e explicar os fenómenos que aí ocorrem, demarcando-se da abordagem prescritiva defendida pela TGT.

Le terme ne peut être uniquement envisagée comme entité de signification *per se*. Il n'est que la conséquence d'une volonté et/ou d'une nécessité d'énonciation et de transmission de connaissances. L'étude du terme et donc aussi l'étude des conditions sociales et discursives de son existence. En socioterminologie on ne peut ignorer la relation entre terme et les conditions sociogéographiques dans lesquelles il est utilisé.

(Conceição, 2005, p. 34)

Com o surgimento desta nova perspectiva da Terminologia alinhada com a Sociolinguística, a Socioterminologia não vê os termos como etiquetas de conceitos e interessa-se por «la circulation des termes sous l'angle de la diversité de leurs usages sociaux, ce qui englobe à la fois les conditions de circulation et appropriation des termes (...)» (Gaudin, 2005, p. 81). A Socioterminologia centra, por conseguinte, a sua preocupação no uso que é dado aos termos, em estudar e explicar a sua utilização, bem como os problemas que surgem na circulação dos termos na sociedade; valoriza os discursos escritos e orais, pois as situações e o contexto são determinantes para a elaboração da informação especializada.

Temmermann (2000), na perspectiva Sociocognitiva, aponta falhas quanto à abordagem onomasiológica e critica Felber (1984, p.103), seguidor dos princípios da terminologia tradicional, quando este afirma que o conceito é o significado do termo e que o conceito é independente do termo, ou seja, o termo é atribuído a um conceito como uma etiqueta. Temmermann (idem, p. 5) destaca a contradição desta afirmação: «If the concept is the meaning of the term, how can it "exist independently of the term"? If the concept is the meaning of the term, then the term has a meaning which is the concept». Referindo-se à vertente prática da Terminologia, a terminografia, a autora (idem) refere que a análise terminológica da Terminologia tradicional tem sido semasiológica, não onomasiológica como sempre tem sido afirmado:

Even though – in practice – terminographers have always started from *understanding* as they had to rely on textual material for their terminological analysis, one of the principles of traditional Terminology required them to (artificially) pretend that they were starting from concepts.

(Temmerman, 2000, p. 230)

Surgem, assim, novas formas de realizar o trabalho terminológico, nomeadamente o trabalho com *corpus*, sob influência da Linguística de *corpus*, e introduzem-se novas perspetivas: «La dialectique entre onomasiologie et sémasiologie, entre conceptologie et étude des discours est donc souvent inévitable » (Thoiron & Béjoint, 2010, p. 111).

A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) foca a sua atenção nos termos, isto é, como unidades de comunicação cujo propósito é veicular conhecimento especializado. É através dos discursos falados ou escritos, produzidos por especialistas, num contexto comunicativo em que um especialista tem como objetivo transmitir informação, que os termos são estudados. Segundo a TCT, os termos são unidades poliédricas (Cabré, 2009), possuindo três faces: linguística, comunicativa e cognitiva. Na sua dimensão linguística, os termos são unidades que pertencem às línguas naturais, regendo-se pela mesma gramática e sintaxe, adquirindo o seu valor terminológico nos discursos especializados por estarem associados a conceitos. Dado que transmitem conhecimento através desses conceitos a si associados, os termos adquirem o seu valor cognitivo, fazendo parte de uma estrutura conceptual: «el conjunto de las UT y sus relaciones pueden representarse topográficamente en forma de mapa cognitivo» (Cabré & Estopà, 2005, p. 3). A metodologia da TCT segue a linha tradicional em Terminologia de abordagem onomasiológica, construindo uma rede conceptual através da informação retirada dos discursos especializados. Estes conceitos são posteriormente objeto de descrição através de definição, sendo depois denominados.

Analisando ambas as metodologias, qual a mais adequada para elaborar uma terminologia para a DM? Seguindo a abordagem onomasiológica para a elaboração da DM proposta por Remígio, Roberto e Costa (2006), uma vez reunidos e consultados os textos especializados, obter-se-ia o campo conceptual, ou seja, «um conjunto de conceitos não estruturado» (idem, p. 88), metodologia seguida pelos autores para proceder à construção do sistema conceptual da área das Ciências da Nutrição, especificamente em alimentos funcionais. No caso particular da DM, por ser um

domínio compósito, reuniríamos um conjunto não estruturado de textos das diversas áreas, domínios ou esferas de atividade que o compõem e os conceitos extraídos seriam posteriormente organizados num sistema conceptual. Porém, coloca-se o problema de como estruturar conceptualmente um domínio composto por diversas áreas e esferas de atividade, em que são utilizados termos polissémicos de diferentes áreas pertencentes ao domínio da DM. A título de exemplo, o termo *azeite* na área das Ciências da Nutrição ou na esfera de atividade da produção de azeite têm conceptualizações diferentes, de acordo com o conceito que cada especialista tem sobre o termo que utiliza.

#### 4.2. Síntese

A abordagem onomasiológica e a abordagem semasiológica são tradicionalmente visões díspares da Terminologia, no entanto «(...) les analyses terminologiques actuelles se font en grande partie à partir de *corpus*. Ce qui revient à dire que sémasiologie et onomasiologie sont utilisées simultanément» (Conceição, 2005, p. 25). Dependendo das áreas, mais ou menos técnicas, e/ou do objetivo que se pretende para a elaboração de uma dada terminologia, cabe ao terminólogo adotar a abordagem mais adequada ao seu trabalho. No caso particular deste estudo sobre a DM, inserido na perspectiva da Terminologia textual, será adotada a abordagem semasiológica, em que será feita a identificação e extração manual de alguns candidatos a termos, apresentando-os em pequenos excertos dos textos onde ocorrem, e apontadas questões relevantes para este trabalho, tais como, variação terminológica, densidade terminológica de alguns textos ou sinonímia e polissemia. Na análise destas questões, pretende-se examinar como alguns quadros teóricos existentes em Terminologia as abordam, procura-se relacioná-las com a elaboração de um recurso terminológico para a DM, bem como verificar a tipologia textual e características que a terminologia da DM apresenta.

Por último, será feita uma reflexão sobre o impacto da normalização ou harmonização desta terminologia na comunicação entre os diversos intervenientes, e apresentada a conclusão deste estudo, ligando as perguntas de investigação aos dados apresentados, na qual se faz aponte para estudos futuros.

## 5. *Corpus* de análise: identificação e discussão de questões terminológicas

### 5.1. Tipologia textual

No ponto 2, foi dada alguma informação sobre os critérios dos textos que foram recolhidos para capacitação cognitiva sobre o domínio, dos quais posteriormente se fez uma seleção para constituírem o *corpus* de análise. No que diz respeito à tipologia dos textos recolhidos para este estudo, verificou-se que alguns aparentam ter um caráter divulgativo, apresentando uma construção formal, que inclui resumo e bibliografia, porém surgiram dúvidas quanto à sua categorização como textos especializados.

Cabré e Estopà (2005, p. 2) apontam a relação existente entre discursos especializados e algumas características específicas, em que destacam fatores de relevo como o emissor, o recetor, a situação, a temática e a função comunicativa de base nas situações comunicativas consideradas especializadas em que há elementos presentes que se revelam constantes e peculiares:

- O emissor tem um conhecimento profundo sobre a temática;
- Os recetores podem ser muito variados, no entanto têm como expectativa comum a receber informação;
- Relativamente ao conhecimento transmitido, só é considerado especializado se representado e transmitido respeitando rigorosamente a estrutura conceptual do campo;
- As situações em que se produz e transmite informação especializada são habitualmente profissionais e dirigidas a um público especialista ou semiespecialista, sendo que as comunicações de caráter divulgativo aparentam constituir exceção. No entanto, não o são quando o emissor ou mediador é um especialista e o seu objetivo é aumentar a competência especializada do destinatário na temática.

No respeitante à estrutura, os discursos especializados apresentam uma estruturação tripla (idem, p. 3): i) estrutura formal, segundo o género textual de cada texto; ii) estrutura informativa, pelo conhecimento que veicula; iii) estrutura gramatical, formada pelas inter-relações das diferentes estruturas linguísticas que compõem o texto.

No excerto 1, foram transcritas partes de um texto elaborado no âmbito de um ciclo de seminários aberto ao público – pelo que se pressupõe ter algum carácter divulgativo – elaborado por especialistas na área da História, mas que suscitou dúvidas pela presença de exclamações, não se enquadrando totalmente no registo de comunicações especializadas anteriormente apontado.

Pão, vinho e azeite, são os três elementos que constituem a verdadeira trilogia alimentar mediterrânea! (...)

A associação entre ambos os alimentos, os do corpo e os do espírito, não é mera coincidência, já que se fundem um no outro! O vinho, elemento divino e libertador desde os tempos do Dioniso grego, passa a sangue de Cristo; o pão a corpo!

Pelo azeite consegue-se a iluminação, a luz que alumia o recanto do lar e mostra o caminho de Deus. A trilogia dos alimentos está, pois, intimamente ligada à matriz cristã do Mediterrâneo onde assentarão os pilares da Europa moderna e se inscreve a História do Algarve.

*Excerto 1 - Em torno da Trilogia Alimentar Mediterrânea (Dimensões da Dieta Mediterrânica, p. 136)*

À semelhança deste excerto, verificou-se que os textos coligidos ligados à Cultura e às Ciências Sociais apresentavam mais dificuldade em categorizar como especializados, dado que fogem à tipologia rígida e objetiva de textos em áreas consideradas como "ciências duras", no caso concreto da DM, em áreas como a Medicina ou Ciências da Nutrição. Contudo, é um texto elaborado por especialistas, dirigido a um público heterogéneo, especializado, semiespecializado, dessa área ou de outras, e não especializado, cuja intenção é veicular informação para a construção de conhecimento (Cabré & Estopà, 2005) numa das dimensões que compõem a DM.

Segundo Conceição (2016), os discursos da DM estão ancorados em práticas sociais e culturais e são marcados por traços particulares, como a reformulação. A reformulação é fundamental para a compreensão dos conceitos quando não há um conhecimento partilhado sobre uma área ou domínio, pelo que também faz parte da comunicação especializada e consiste em «(...) reconstruire l'expression du sens et réactualiser dans le discours, par une conceptualisation seconde, un concept antérieurement introduit» (Conceição, 2005, p. 74). Esta estratégia discursiva visa uma melhor compreensão do

sentido que se estabelece no enunciado e «(...) est le résultat d'un travail sur l'information pour l'adapter à un destinataire précis et en fonction d'une action déterminée.» (idem, p. 75).

Sobre a reformulação Delavigne (2017) afirma:

Terms get around. Try as we may to control them, they resist and do not stay put inside the sphere of activity where they first appeared and were used. Among a community of experts in a given field, the same terms – with the same meaning – are used, and there is a mutual understanding. However, the moment a technical or scientific term moves outside the boundaries of its typical or "natural" environment, mutual understanding is lost. In order to bring it back, a work of discursive negotiation involving different reformulation strategies becomes necessary.

(Delavigne, 2017, p. 31)

Para exemplificar, são apresentados dois excertos do *corpus* com a formulação a negrito e a reformulação sublinhada, sendo que no excerto 2 a reformulação é parafrástica e no 3 é uma definição, em que a reformulação faculta mais informação do que a formulação.

No interior da nova organização social do consumo, ao mesmo tempo que **se observa o afastamento das práticas tradicionais, enquanto elementos estruturantes da refeição familiar, são também nítidas as tendências em sentido contrário.** Ou seja: há sinais da modernidade das tradições, o que se traduz na tendência para a adoção de modelos de consumo mais frugais e mais próximos da tradição alimentar mediterrânica, bem como na consciência dos benefícios nutricionais, ambientais e sociais, inerentes a estas práticas.

*Excerto 2 – Tradição Alimentar Mediterrânica, Estilos de Vida e Saúde (A Dieta Mediterrânica em Portugal: Cultura, Alimentação e Saúde, p. 294)*

A UNESCO e a OMS reconheceram o valor universal da Dieta Mediterrânica mas também a FAO, que em 2014 decretou o Ano Internacional da Agricultura Familiar, **a considerou uma «dieta sustentável», isto é capaz de garantir, pelas práticas de agricultura de proximidade amigas do ambiente, os urgentes equilíbrios entre o homem e a natureza, a protecção dos ecossistemas e da herança genética.**

*Excerto 3 - A Dieta Mediterrânica e a UNESCO: memória breve de um reconhecimento mundial (Dimensões da Dieta Mediterrânica, p. 45)*

Verifica-se, através destes dois exemplos, que pelo uso da reformulação há um esforço por parte do especialista, ou emissor, em proporcionar uma explicação exaustiva aos recetores, a fim de passar uma mensagem clara e perceptível.

Dentro dos textos da área das Ciências da Nutrição, elaborados para situações comunicacionais distintas, constata-se diferentes densidades terminológicas, adequadas aos objetivos comunicativos de cada texto e ao público e situação a que se destinam.

A adesão ao **Padrão Alimentar Mediterrânico (PAM)** está associada a baixas **taxas de morbilidade e mortalidade**. A nível nutricional este **padrão alimentar** caracteriza-se por um consumo abundante de ácidos gordos **monoinsaturados**, sobretudo de **ácido oleico**, de  **fibras** e de substâncias de origem vegetal com **propriedades antioxidantes**. A culinária tradicional algarvia tem por base as atividades ancestrais da região, como a agricultura e a pesca, e apresenta pratos tradicionais onde estão presentes o pão, as leguminosas, os produtos hortícolas, o peixe, as ervas aromáticas e o azeite.

*Excerto 4 – Adesão ao Padrão Alimentar Mediterrânico: particularidades da região do Algarve? (Dimensões da Dieta Mediterrânica, p. 263)*

Numa altura em que as **propriedades fisiopatológicas** das diferentes gorduras, tem sido alvo de interesse da comunidade científica e, tem vindo a ser descrita uma menor tendência para a **oxidação dos ácidos gordos monoinsaturados**, predominantes na dieta mediterrânica, com consequente acção benéfica sobre a diminuição da **resistência à insulina**, a adopção de uma dieta deste tipo (rica em **ácidos gordos mono e polinsaturados e compostos com capacidade antioxidante**), parece contribuir para a prevenção de algumas **doenças metabólicas crónicas** como é o caso da **diabetes tipo 2**. Na maioria dos estudos prévios realizados sobre esta temática, a intervenção incidiu sobre a **restrição calórica** e a promoção da actividade física, sendo a **perda ponderal** o principal factor associado à diminuição da incidência de **diabetes**.

*Excerto 5 - Redução da Incidência de Diabetes Tipo 2 e Dieta Mediterrânica: comentário ao estudo de intervenção nutricional PREDIMED – Reus (Revista Fatores de Risco, nº 20, p. 96)*

Durante a realização deste estudo, em 2016, decorreu um seminário no âmbito da DM intitulado *Desafios e Estratégias dos Territórios de Baixa Densidade para a Competitividade Regional*, sendo dirigido à comunidade académica e profissional, bem como ao público em geral. Este seminário constituiu a primeira oportunidade de verificar a heterogeneidade de discursos e de interlocutores, o que se refletiu na terminologia utilizada, de acordo com as áreas e esferas de atividade a que pertenciam ou não. Assim, um empresário ligado ao ramo hoteleiro não terá a mesma competência cognitiva ao utilizar o termo *Dieta Mediterrânica*, pelo que o conceito associado a este termo não terá a mesma densidade conceptual do que se for utilizado por um especialista na área da Saúde ou da Ciências da Nutrição.

Esta diferença também se verifica em alguns dos textos seleccionados, particularmente textos na área da Cultura, nos quais se encontra terminologia de áreas como as Ciências da Nutrição ou Saúde, com diferente densidade conceptual. Veja-se o excerto 6, um texto na área da Cultura, em que são mencionados termos da área da Saúde, destacados a negrito, e o excerto 7 na área da Saúde produzido por um especialista nessa área.

As populações do norte consumiam diariamente mais 50% de calorias que as da região mediterrânica, ingerindo também mais gorduras de origem animal e menor quantidade de alimentos de origem vegetal, o que estaria na base de uma verdadeira epidemia, frequência elevada de **episódios cardiovasculares associados a níveis de colesterol mais elevados no sangue.**

*Excerto 6 - A Dieta Mediterrânica e a UNESCO: memória breve de um reconhecimento mundial (Dimensões da Dieta Mediterrânica, pp. 31-32)*

(...) esta exceção foi atribuída à grande diferença no tipo de gordura consumida que, no Mediterrâneo, era sobretudo gordura insaturada (azeite)<sup>1</sup>. A evidência de um efeito benéfico da dieta Mediterrânica, na morbilidade e mortalidade coronária é sustentado por uma extensa série de estudos observacionais e, nos últimos anos, por estudos aleatorizados.

*Excerto 7 - A Dieta Mediterrânica e as Doenças Cardiovasculares (Revista Fatores de Risco, nº 31, p. 25)*

Além da heterogeneidade de áreas e de participantes, há outro fator a ter em conta na produção dos discursos, constatado em 2017, durante a conferência internacional *A Herança Cultural da Dieta Mediterrânica: a língua ou línguas de apresentação e comunicação*. Com efeito, uma parte das comunicações foi em inglês, língua privilegiada para a comunicação científica, mas que envolveu alguma estranheza, dado que a DM abrange países cujas culturas envolvem conceitos estranhos à língua inglesa. Outro facto que se verificou foi o de os especialistas no domínio compósito da DM não constituírem uma comunidade homogénea, sendo formada por comunidades de diversas áreas, o que representa um desafio e também um fator que influencia a produção dos discursos e, conseqüentemente, da terminologia nesta área.

Para demonstrar as questões anteriormente explicitadas, procedeu-se ao estudo do *corpus* para a identificação de candidatos a termos e de questões pertinentes relacionadas com a terminologia da DM, entre as quais a variação.

## 5.2. Variação

Na análise ao *corpus* de estudo constatou-se que havia variação de alguns termos, algo que não era reconhecido pela terminologia tradicional, sendo rejeitada pelo seu foco na univocidade terminológica. A mudança introduzida pela Socioterminologia, para uma perspectiva que tem em vista a descrição dos termos, abriu a porta para o estudo de fenómenos linguísticos que até então não haviam sido uma preocupação da Terminologia. Dentro da perspectiva da Socioterminologia a variação é resultado da carga cultural, social e histórica que as línguas possuem, levando a que «(...) la coexistence de pratiques différentes peut conduire à dénommer différemment un même objet» (Gaudin, 2003, p. 45).

Segundo Desmet (2005), a variação deve fazer parte dos estudos terminológicos, visto que é um fenómeno intrínseco às línguas naturais, logo, também se manifesta nos discursos especializados. Segundo a autora, a variabilidade dá origem à variação, que pode compreender vários tipos: a variação das línguas, dos textos e dos discursos, a variação no tempo, no espaço, no contexto, a variação da situação em que ocorre a comunicação e os interlocutores. A constatação de que estes fatores têm influência na

produção dos discursos especializados contribuiu para uma nova perspectiva, abrindo um novo paradigma nos estudos em Terminologia.

Estudos sobre a variação apontam diversas causas para a sua origem. Segundo Freixa (2013), a variação é um fenómeno aceite e é um pressuposto no estudo terminológico, sendo recente o seu estudo mais aprofundado. De acordo com a autora, há vários tipos de variação cujas causas<sup>21</sup> são apresentadas a seguir e nas quais se inclui a reformulação, proposta pela autora, das causas que havia apresentado num estudo anterior:

- Causas prévias: redundância linguística; arbitrariedade do signo linguístico; possibilidades de variação da língua

Em primeiro lugar, há que considerar condições prévias para a variação, que se prendem com características intrínsecas às línguas, tal como a redundância, o facto de as línguas permitirem formas alternativas de enunciação e de denominação por não haver um vínculo fixo para denominação e referente, e a arbitrariedade do signo linguístico.

Num estudo anterior sobre a variação, a autora havia proposto seis causas, entre as quais causas cognitivas. No entanto, após investigação mais aprofundada, a autora propõe um nível superior não só para as causas prévias, mas também para as causas cognitivas, dado que, à semelhança das línguas que oferecem possibilidades de variação, também «(...) el concepto es susceptible de ser abordado de maneras diferentes» (Freixa, 2013, p. 42).

- Causas dialetais: variação cronológica, geográfica e social.

Verifica-se variação devido ao espaçamento cronológico, espaçamento geográfico e social, por conseguinte são causas externas;

- Causas funcionais: adequação ao nível de língua; adequação ao nível de especialização.

As diferenças de registo, por sua vez, estarão relacionadas com o meio em que o discurso é produzido, o tema, o objetivo ou a relação interpessoal, isto é, o nível de formalidade do discurso;

- Causas discursivas: evitar a repetição; economia linguística; criatividade, ênfase, expressividade.

---

<sup>21</sup> Tradução livre da autora

Dentro destas causas, a autora aponta o estilo como o que mais influência tem para evitar a repetição; no entanto, o estilo também influencia a economia de língua, a criatividade, a ênfase e a expressividade, reforçando a mensagem ou informação que se pretende transmitir;

- Causas interlinguísticas: convivência do termo "local" com o empréstimo; diversidade de propostas alternativas.

A variação acontece pela convivência do termo "local" com o empréstimo, originando formas alternativas de evitar o empréstimo.

- Causas cognitivas: imprecisão conceptual; distanciação ideológica; diferenças de conceptualização.

Sobre todas estas causas, a autora propõe romper com a linearidade inicialmente conferida e atribuir-lhes níveis, sendo que as causas prévias e cognitivas estão num nível superior, dando origem à variabilidade das outras.

Relacionando estas causas com a variação nos textos analisados, destaca-se um termo que é central neste domínio compósito: *Dieta Mediterrânica*. Nos vários textos seleccionados, a sua definição apresenta oscilações. Assim, temos duas definições para *Dieta Mediterrânica*:

a) Dieta Mediterrânica:

- padrão alimentar
- modelo alimentar

b) Dieta Mediterrânica:

- estilo de vida (predominantemente usado)
- modo de vida
- modo de viver

Observando a definição em a), o conceito associado ao termo *Dieta Mediterrânica* refere-se a um paradigma de alimentação, logo, situa-se especificamente no campo da Nutrição; em b), o conceito aparenta ser mais vasto: não se refere só a um padrão alimentar, mas engloba outras dimensões, como valores sociais ou herança cultural, características que são inerentes à DM. As causas anteriormente mencionadas referem-se a variação denominativa, porém, neste exemplo, a variação não é a nível formal,

mas conceptual, e deve-se às diferentes dimensões da DM. Por conseguinte, poder-se-á atribuir-lhe causas cognitivas pela dimensão conceptual que cada especialista atribui ao termo, de acordo com a sua especialidade. Assim, o termo *Dieta Mediterrânica* aparenta ser um caso de polissemia, pelo que é apropriado efetuar uma observação mais cuidada dos contextos em que ocorre.

### 5.2.1. Variação e polissemia

Nos excertos 8 e 9 encontra-se o termo *Dieta Mediterrânica* em contextos diferentes, sendo utilizado por especialistas de áreas diferentes. Observando o contexto em que ambos ocorrem, é possível verificar que no excerto 8 o termo *Dieta Mediterrânica*, assinalado a negrito, está não só associado à alimentação como também está associado à sociedade e cultura.

A **Dieta Mediterrânica** é uma construção social e cultural milenar. Desde sempre, o homem mediterrânico necessitou de todo o seu engenho e arte para lutar contra a escassez de água e alimentos.

*Excerto 8- A Dieta Mediterrânica: entre a tradição e a inovação. Uma oportunidade para o rural tradicional algarvio (Dimensões da Dieta Mediterrânica, p. 278)*

No excerto 9, verifica-se que o termo está inserido num discurso ligado à Saúde, com uma maior densidade terminológica, própria da área.

Intervenções alimentares com a **dieta Mediterrânica** reduzem significativamente o colesterol das LDL, (...) os triglicéridos plasmáticos e aumentam o colesterol das HDL.

*Excerto 9- A Dieta Mediterrânica e as doenças cardiovasculares (Revista Fatores de Risco p. 28)*

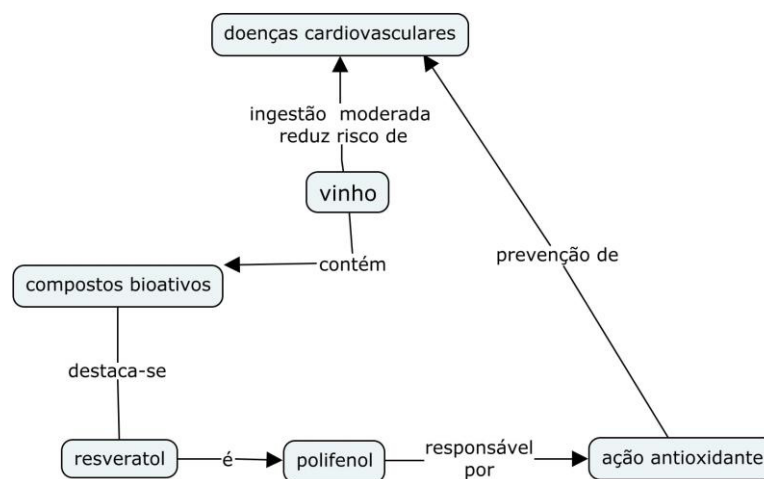
Nestes dois excertos é possível verificar a ocorrência do termo *Dieta Mediterrânica* ligado a conceitos diferentes, o que indicia tratar-se de um termo polissémico.

De igual modo, nos excertos 10 e 11 abaixo apresentados, verifica-se a ocorrência da unidade *vinho* em dois contextos diferentes.

De facto, a ingestão moderada de **vinho tinto** parece estar associada, em certas circunstâncias, à **redução do risco de doenças cardiovasculares**, particularmente devido ao seu **teor em compostos bioativos**, responsáveis por uma **ação antioxidante** no organismo humano. É conferido particular destaque ao **resveratrol**, um **polifenol presente nas uvas a partir das quais se produz o vinho tinto**, associado a uma **potencial capacidade na prevenção de doenças crónicas e doenças cardiovasculares**.

*Excerto 10- Padrão Alimentar Mediterrânico: promotor de saúde (p. 26)*

O excerto 10 foi retirado de um texto especializado na área da Saúde, apresentando alguma densidade terminológica, em que os vários termos estabelecem relações entre si, como exemplificado no mapa 1.



*Mapa 1 - Relações conceptuais de vinho (Padrão Alimentar Mediterrânico: promotor de saúde, p. 26)*

No respeitante ao texto apresentado no excerto 11, verifica-se que neste contexto essa dimensão conceptual não está presente.

*Ex oriente lux* – do Oriente vem a luz, diziam os antigos! Tal como ela – a luz –, o pão, o **vinho** e o azeite são oriundos do Oriente; e, tal como estes alimentos do corpo, do Oriente virão ainda os preceitos e alimentos do espírito sob a forma de fé. A associação entre ambos os alimentos, os do corpo e os do espírito, não é mera coincidência, já que se fundem um no outro.

*Excerto 11- Em Torno da Trilogia Alimentar Mediterrânea (A Dieta Mediterrânica em Portugal: Cultura, Alimentação e Saúde, p. 141)*

Apesar de os excertos 10 e 11 serem ambos produzidos por especialistas, são-no de áreas diferentes. No primeiro caso, excerto 10, é possível verificar que se trata de um termo pelo conceito que o envolve e as relações que estabelece com outros termos; no segundo caso, excerto 11, não indicia ser um termo, embora seja difícil demarcar uma linha nítida entre terminologia e léxico comum (Cabré, 1993). Por conseguinte, no *corpus* de estudo coocorrem unidades terminológicas e unidades lexicais formalmente idênticas, mas cada uma num plano diferente: uma no plano da Terminologia, outra no plano do léxico comum.

Sobre os fenómenos relacionados com as línguas naturais, as novas abordagens como a Socioterminologia, a TCT ou a abordagem Sociocognitiva, admitem a polissemia, dado que são fenómenos inerentes às línguas e refletem as alterações sobre a compreensão e evolução do conhecimento ((Temmerman, 2000).

Segundo uma perspetiva dentro da Socioterminologia:

«La polysémie permet d'appréhender plus aisément ce en quoi la langue constitue une réalité irréductible à une nomenclature. La variété de significations d'un vocable ouvre en quelque sorte l'espace qui sépare les mots que nous utilisons des réalités du monde extérieur que nous visons en les désignant.»

(Gaudin, 2000, p. 153)

(...) nous construisons dans des discours différenciés des référents avec lesquels nous entretenons des rapports pratiques partagés. Dans une pratique commune, un même groupe partage un rapport homogène avec

les référents qu'il construit (...). La langue étant ce lieu où existent des coexistent des expériences diverses, les noms renvoient à des rapports pratiques divergents (...)

(Gaudin, 2000, p. 178)

Pelas afirmações anteriores, os fenómenos existentes nas línguas naturais, nomeadamente a polissemia, refletem a apreensão de realidades diversas, servido de base para uma extensão de significados ou ligação de significados. Não obstante os discursos especializados serem concebidos para transmitir informação de forma não equívoca, são concebidos por seres humanos através da língua, utilizando as formas disponíveis nos sistemas linguísticos para melhor veicularem a informação que pretendem. Por conseguinte, é possível encontrar metáforas (Gaudin, 2003) e outros recursos estilísticos que permitem estabelecer relações com o conhecimento que o interlocutor tem da área em questão, mas também do seu conhecimento do mundo. A TCT reconhece igualmente que existe polissemia nos discursos especializados. Segundo Cabré (2000), a Terminologia reflete uma visão fragmentada do conhecimento, ou seja, reflete uma perspectiva positivista do conhecimento, como já havia sido assinalado em 2.1.:

On croit que ce qui est polysémie en lexicographie est homonymie en terminologie parce qu'on a, pour cette dernière, pris de l'habitude de fragmenter le domaine des connaissances et de présenter ses sous-ensembles dans des dictionnaires spécifiques.

(Cabré, 2000, p. 32)

Sobre este fenómeno, Contente (2008, p. 186) afirma que «A polissemia, de forma geral, caracteriza a língua geral, mas, por vezes, as unidades lexicais (termos) dos vocabulários de especialidade, também são sensíveis a este fenómeno». Com efeito, o termo *Dieta Mediterrânica* reflete as suas diferentes dimensões, isto é, o termo é polissémico de acordo com o conceito que encerra, seja a dimensão conceptual ao nível da Cultura, ou da Saúde. Sobre a distinção de polissemia e homonímia, a autora observa que a evolução a nível semântico, «(...) conduz ao desdobramento de uma forma polissémica em signos homónimos» (idem, p. 187).

Analisando novamente o termo *Dieta Mediterrânica* sob outro ângulo, em outros dois excertos, sendo um retirado da revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Nutrição e Alimentação (SPCNA)<sup>22</sup> e o outro da revista Fatores de Risco, da Sociedade Portuguesa de Cardiologia.<sup>23</sup>

Nestes dois excertos, verifica-se que o conceito associado ao termo original *Dieta Mediterrânica* se refere à dieta praticada em Creta e outras regiões na Grécia e na Itália, não sendo o mesmo conceito do termo atual, que os especialistas ligados às Ciências da Nutrição e à Saúde distinguem, atribuindo-lhe a denominação *Padrão Alimentar Mediterrânico (PAM)*.

**O termo tradicional Dieta Mediterrânica refere-se, estritamente, aos padrões alimentares descritos nas décadas de 50 e 60 do século XX, praticados em Creta, noutras partes da Grécia e no Sul de Itália, sendo a alimentação de Creta o verdadeiro modelo deste padrão alimentar.**

•

**Actualmente, contudo, o sentido do termo Dieta Mediterrânica é mais lato. A diversidade de culturas, religiões, estatutos políticos e económicos, entre outros factores que influenciam a alimentação, presente nos inúmeros países que rodeiam o Mar Mediterrâneo, assim como o facto de o azeite ser a principal gordura de adição da alimentação dessas regiões, implicou o alargamento do termo, considerando-se que mais regiões, para além da Grécia e Itália, praticariam padrões alimentares semelhantes. (...)**

•

Segundo Ancel Keys o termo **Dieta Mediterrânica** poderia ser definido como o **conjunto de alimentos consumidos pelos nativos mediterrânicos. Contudo, o autor refere que a forma como passámos a conhecer e a pensar nesta alimentação consiste numa invenção relativamente recente na história da humanidade.** Não é de estranhar esta afirmação, já que alguns alimentos chegaram à Europa bastante depois da descoberta do Continente Americano, como é o caso do tomate, da batata e dos feijões. Assim, **actualmente, o que nos interessa realmente é a definição relativamente recente da alimentação praticada na região Mediterrânica. (...)**

•

**Doravante passamos a utilizar o termo Padrão Alimentar Mediterrânico (PAM),** que se baseia sobretudo em alimentos de origem vegetal, mas também inclui a presença de queijo e de outros produtos lácteos como o iogurte.

*Excerto 12- Portugal e o Padrão Alimentar Mediterrânico (p. 118)*

<sup>22</sup> Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Nutrição, disponível em linha em [http://www.spcna.pt/download.php?path=pdfs&filename=SPCNA\\_20100123134305\\_RAH\\_2008\\_n\\_3\\_3.pdf](http://www.spcna.pt/download.php?path=pdfs&filename=SPCNA_20100123134305_RAH_2008_n_3_3.pdf) [acedido em 09/02/2017]

<sup>23</sup> Disponível em linha em <http://www.spc.pt/spc/publicacoes/rfr-edicao.aspx?id=31> [acedido em 26/09/2017]

**Padrão alimentar mediterrânico:** definição e versões descritas na literatura

(...) **existem vários padrões alimentares definidos a priori descritos na literatura.** Estes têm essencialmente o objetivo de investigar a adesão a padrões alimentares específicos ou avaliar a associação da alimentação com resultados em saúde ou risco de mortalidade.

Essencialmente na Europa, o **Padrão Alimentar Mediterrânico é o mais amplamente utilizado e foi originalmente criado para avaliar o grau de adesão à dieta Mediterrânica na Grécia.** O índice original, publicado no ano de 1995, reúne 8 componentes: 1) elevada razão de gordura monoinsaturada/saturada; 2) consumo moderado de bebidas alcoólicas; 3) consumo elevado de leguminosas, 4) de cereais (incluindo pão e batata), 5) de fruta e 6) de vegetais; 7) consumo baixo de carne e produtos cárneos e 8) consumo moderado de leite e produtos lácteos.

*Excerto 13 - Índices de adesão ao padrão alimentar mediterrânico – a base metodológica para estudar a sua relação com a saúde (Revista Fatores de Risco, p. 50)*

O padrão alimentar ou a forma como as populações se relacionam com os produtos alimentares à sua disposição, moldando modos de produção, armazenamento, confeção e consumo, reflete a relação da natureza com o ser humano e, em último grau, a sua cultura. Assim, o **Padrão Alimentar Mediterrânico (PAM)** não é mais do que um produto da geografia e história da região.

*Excerto 14 - Padrão Alimentar Mediterrânico: promotor de saúde. (p. 10)*

Neste caso há duas questões distintas: por um lado há o termo *Dieta Mediterrânica*, que refere uma dieta circunscrita a um tempo e a um espaço geográfico e há o termo *Dieta Mediterrânica*, que se refere a um conjunto de elementos comuns a um grupo de países, um conceito mais recente, sendo termos homónimos. Por outro lado, há variação terminológica, sendo que os termos *Padrão Alimentar Mediterrânico* e *Dieta Mediterrânica* são usados como sinónimos, apesar de não o serem realmente, dado que a dimensão conceptual que os especialistas na área das Ciências da Nutrição e Saúde lhe atribuem é diferente, pois está focada especificamente nessas áreas, logo, a necessidade de distinguir os dois conceitos. No entanto, verifica-se que, ainda assim, há uma oscilação no uso dos dois termos, como sinónimos, por especialistas da área das Ciência da Nutrição e da Saúde, apesar de terem dimensões conceptuais

diferentes; os especialistas de outras áreas nos textos selecionados não usam o termo *PAM*.

Neste último caso houve uma alteração, que, segundo Temmerman (2000), resulta da adição de mais uma categoria ao protótipo já existente, ou, segundo Contente (2008), que resulta de uma evolução semântica, originando termos homónimos.

Estes textos apresentam variação que, dentro das causas apresentadas em 5.2., aparentam ser causas funcionais, pela adequação ao nível de especialização, ou seja, num texto especializado dirigido a uma comunidade especializada, que possui um conhecimento conceptual partilhado, há necessidade de precisar o conceito, utilizando o termo adequado.

Nos textos da DM, também se observou a ocorrência de homonímia, mas neste caso de acrónimos que são homónimos, como se verifica nos excertos apresentados abaixo:

**As plantas aromáticas e medicinais (PAM)** são um recurso natural com elevado valor, pelo que importa conhecê-las, valorizá-las e utilizá-las de forma sustentada. O uso das ervas aromáticas e condimentares na cozinha é recomendado para redução do consumo de sal, pois ao realçarem o sabor dos alimentos, tornam os pratos mais saborosos, atrativos e saudáveis.

*Excerto 15- As Plantas Aromáticas e Medicinais (PAM) na Dieta Mediterrânica: porquê, quando e como? (A Dieta Mediterrânica em Portugal: Cultura, Alimentação e Saúde, p. 204)*

**A adesão ao Padrão Alimentar Mediterrânico (PAM)** está associada a taxas de morbilidade e mortalidade mais baixas. A nível nutricional este padrão alimentar caracteriza-se por um consumo abundante de ácidos gordos monoinsaturados, sobretudo de ácido oleico, de fibras e de substâncias de origem vegetal com propriedades antioxidantes.

*Excerto 16 – Adesão ao padrão alimentar mediterrânico em jovens no Algarve (A Dieta Mediterrânica em Portugal: Cultura, Alimentação e Saúde, p. 318)*

Neste caso, não há uma situação de evolução da significação de termos polissémicos para termos homónimos, porém é de assinalar que numa situação de comunicação a um público não especialista, este fenómeno poderia provocar equívocos relativamente à informação a transmitir, pois os conceitos que lhes estão associados são diferentes.

Para além da polissemia e homonímia há outros fenómenos que se manifestam no *corpus* de análise e que serão analisados seguidamente.

### 5.2.2. Variação e sinonímia

A sinonímia, tal como a polissemia e a homonímia, são fenómenos inerentes às línguas naturais, e os termos, como unidades pertencentes às línguas naturais, também refletem este fenómeno, contrariamente aos princípios da TGT, que rejeitam a sinonímia.

Os excertos apresentados abaixo, pertencem à obra<sup>24</sup> *Plantas Silvestres comestíveis do Algarve*, que foi publicada no âmbito do Programa Operacional Regional – Articular para Intervir, Plano de Ação e Salvaguarda da Dieta Mediterrânica (PAS) –, na área da Botânica, estando diretamente relacionada com a DM.

A denominação científica encontra-se a negrito, sendo apresentados outros termos científicos sublinhados que são dados como sinónimos, e o léxico geral em texto normal.

**Nome:** *Foeniculum vulgare* Mill.

**Família:** *Apiaceae (Umbelliferae)*

**Sinonímia:** *Anethum foeniculum* L., *Foeniculum capillaceum* Gilib.; *Foeniculum officinale* All.; *Foeniculum piperitum* (Ucria) Sweet; *foeniculum vulgare* subsp. *Piperitum* (Ucria) Bég.

**Nomes comuns:** erva-doce; fiôlho; fionho; funcho; funcho-amargo; funcho-bravo; funcho-de-florença; funcho doce; funcho hortense.

**Utilizações alimentares:** as folhas e pecíolos finamente picados aromatizam saladas e molhos para peixes; a base grossa das folhas pode cozer-se como legume; os frutos têm um característico sabor a "anis" e usam-se na preparação de licores; as sementes servem para aromatizar guisados e licores.

Outras utilizações: medicinal, tem propriedades antisséticas, cicatrizantes, diuréticas, emenogogas, estrogénicas e expetorantes.

*Excerto 17- Plantas Silvestres Comestíveis do Algarve (p. 55)*

<sup>24</sup> *Plantas silvestres comestíveis do Algarve*. Disponível em linha em <https://issuu.com/ualg/docs/plantas-silvestres-comestiveis-do-a> [acedido em 28/09/2017]

**Nome:** *Mentha spicata* L.

**Família:** *Lamiaceae (Labiatae)*

**Sinonímia:** *Mentha spicata* var. *viridis* L. P. Cot.; *Mentha viridis* (L.) L.

**Nomes comuns:** hortelã, hortelã-comum, hortelã-das-cozinhas, hortelã-verde, hortelã-vulgar.

**Utilizações alimentares:** as folhas são usadas como aromatizante de saladas e refeições; o óleo é usado para aromatizar doces, gelados, bebidas, etc.

Outras utilizações: medicinal, usada como digestivo, eupéptico, carminativo e vermífugo; o óleo essencial é usado no tratamento de bronquites, em inalações e fricções.

*Excerto 18 - Plantas silvestres comestíveis do Algarve (p. 79)*

Nestes dois excertos são incluídas várias denominações, apresentadas como nomes comuns para uma única planta, assim como algumas utilizações alimentares e medicinais. Segundo Cabré (1993) há denominações sinónimas numa base exclusivamente linguística, mas não pragmática, com casos de unidades sinónimas que pertencem a dialetos ou registos distintos, como é o case de sinonímia entre denominação científica e denominação popular, o que se verifica nos excertos 17 e 18. O mesmo se verifica no excerto 19, numa área distinta. Considerando que o saber popular tem um conhecimento empírico sobre os efeitos benéficos de muitas das plantas silvestres e aromáticas, e saber que adquiriu pela observação da Natureza, é de concluir que também a terminologia que usam tem uma dimensão conceptual associada.

Desta forma, tendo em conta esta dimensão conceptual, será pertinente questionar se não existirá alguma relação de sinonímia, para além da sinonímia lexical, entre termos científicos e vocabulário popular.

Com a saída do «sete ou cabrinhas» (Plêiades), no final de novembro, começa a sementeira e quando se põe, em meados de junho, inicia-se a colheita; Quando o «arado» (Ursa maior) surge a nascente, em dezembro, é altura de lavrar a terra; Quando nasce o «luzeiro» (Vénus) o pastor sabe que são horas de dar de comer ao gado.

*Excerto 19 – Entre o céu e a terra... Astros, ciclos agrários, alimentares e festivos (Dimensões da Dieta Mediterrânica, p. 93)*

Sobre a sinonímia, a norma ISO 1087 <sup>25</sup> define-a da seguinte forma:

<b>Synonymy</b>
Relation between or among <b>terms</b> in a given language representing the same <b>concept</b> .
NOTE 1 The relation of synonymy exists, for example, between <i>deuterium</i> and <i>heavy hydrogen</i> .
NOTE 2 <b>Terms</b> (3.4.3) which are interchangeable in all <b>contexts</b> (3.6.10) are called <i>synonyms</i> ; if they are interchangeable only in some contexts, they are called <i>quasisynonyms</i> .

Quadro 4 - Norma ISO 1087- 3.4.19 (p. 8)

Assim sendo, num sistema linguístico há sinonímia na relação entre dois termos que designam o mesmo conceito, se comutáveis em todos os contextos. No respeitante aos excertos 17 e 18, não é possível determinar pelo contexto se os termos científicos são comutáveis, nem há informação adicional sobre esta questão, pelo que teria de se recorrer ao especialista para determinar os critérios de escolha de um termo em detrimento dos outros, porém a variedade de denominações científicas poderia levar a um estudo diacrónico destes termos a fim de determinar as causas e a evolução destas denominações.

Relacionando as causas de variação aos exemplos apresentados, poder-se-á afirmar que são causas funcionais, pela adequação ao registo e nível de língua.

As variações anteriormente apresentadas dão-nos um indício de que poderá haver outros casos de variação terminológica no domínio compósito da DM, nomeadamente ao nível dos recursos digitais. Com efeito, as entidades envolvidas nos Planos de Salvaguarda das várias comunidades mediterrânicas têm feito um esforço para divulgar a DM, e a divulgação digital é uma forma de alcançar um público vasto e heterogéneo pela facilidade e rapidez em aceder a informação, a sua utilização é uma

---

<sup>25</sup> International Organisation for Standardisation, ISO 1087-1:2000(E/F). Disponível em linha em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/312608/mod\\_resource/content/1/ISO\\_1087-1\\_2000\\_PDF\\_version\\_%28en\\_fr%29\\_CPDF.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/312608/mod_resource/content/1/ISO_1087-1_2000_PDF_version_%28en_fr%29_CPDF.pdf) [acedido em 17/12/2017]

prática cada vez mais generalizada. Assim, procedeu-se à pesquisa de recursos digitais para verificar a terminologia usada.

### 5.2.3. Análise de variação de um recurso digital de divulgação da DM

Durante a fase de compilação de textos e informação sobre a DM, constatou-se a existência do recurso digital MEDDIET<sup>26</sup>, um portal de informação sobre a DM, como indicado anteriormente em 4. Este recurso constituiu uma oportunidade para averiguar se há variação no uso de terminologia no domínio da DM, analisando a terminologia de uma entidade que não é portuguesa e que apresenta informação num recurso digital em várias línguas, entre as quais o português.

Nos excertos 20 e 21, são apresentados exemplos de variação, destacados a negrito, que dentro das causas apresentadas por Freixa (2013) indiciam duas possibilidades: causas prévias, porque a variação da língua é possível, ou causas interlinguísticas, pela proximidade e influência de outras línguas românicas, como o espanhol ou o italiano.

#### 7 - A DIETA MEDITERRÂNICA: DE ANCEL KEYS AOS NOSSOS DIAS

Por um estranho acaso da história, a **Dieta Mediterrânica** foi descoberta por um americano chamado Ancel Keys: em 1951 descobre que na Itália existe uma dieta particularmente saudável.

*Excerto 20- Portal MEDDIET<sup>27</sup>*

#### 8 - A DIETA MEDITERRÂNEA: DE ANCEL KEYS AOS NOSSOS DIAS II

A descoberta da **Dieta Mediterrânea** teve início em 1951, quando Ancel Keys chegou a Roma enviado pela FAO. A FAO organizou um grande congresso para reorganizar a nutrição de toda a Europa, que tinha saído da II Guerra Mundial. Keys naquele momento é o mais famoso nutricionista (...).

*Excerto 21 - Portal MEDDIET<sup>28</sup>*

<sup>26</sup> Portal MEDDIET. Disponível em linha em <http://pt.dietamedunesco.it/> [acedido em 26/09/2017]

<sup>27</sup> Portal MEDDIET. Disponível em linha em <http://pt.dietamedunesco.it/formazione/videolezioni/item/7-la-dieta-mediterranea-da-ancel-keys-ai-giorni-nostri> [acedido em 26/09/2017]

Neste exemplo pode-se comprovar que há variação na terminologia usada no portal, com predominância do termo *Dieta Mediterrânea*, contrariamente ao conjunto dos textos que selecionados para análise, nos quais se verifica o uso predominante de *Dieta Mediterrânica*.

Nos excertos 22 e 23, 24 e 25 encontram-se exemplos de variação em diversas secções do portal relativamente ao termo *azeite*.

O **azeite de oliva** é o principal alimento fonte de gordura monoinsaturada da Dieta Mediterrânea e, graças as suas propriedades, além de determinar o sabor dos pratos, tem efeitos benéficos para a saúde.

*Excerto 22 - Portal MEDDIET<sup>29</sup>*

As refeições devem ser também acompanhadas de um importante consumo de água (1,5-2 litros por dia) para garantir uma adequada hidratação e o correto funcionamento do organismo, assim como não deve faltar o **óleo de oliva**, fonte fundamental de lipídios, sobretudo na sua variante extravirgem, aconselhado seja como condimento que para cozinhar.

*Excerto 23 - Portal MEDDIET<sup>30</sup> (2º parágrafo)*

Dieta Mediterrânea tem uma história milenar. As suas origens encontram-se nos hábitos alimentares da Grécia Antiga e do Império Romano, cujas populações baseavam a sua alimentação principalmente no pão, **óleo** e vinho (...)

*Excerto 24 - Portal MEDDIET<sup>31</sup> (1º parágrafo)*

Já conhecidos no Crescente Fértil, o **azeite**, o trigo e o vinho se difundiram progressivamente por toda a bacia do Mediterrâneo, tornando-se a base dos hábitos alimentares da Grécia Antiga e do Império Romano e ocupam, ainda hoje, um papel fundamental na Dieta Mediterrânea.

*Excerto 25 MEDDIET<sup>32</sup>*

---

<sup>28</sup> Portal MEDDIET. Disponível em linha em <http://pt.dietamedunesco.it/formazione/vidolezioni/item/8-la-dieta-mediterranea-da-ancel-keys-ai-giorni-nostri-ii> [acedido em 26/09/2017]

<sup>29</sup> Portal MEDDIET. Disponível em linha em <http://pt.dietamedunesco.it/formazione/dizionario-della-dieta-mediterranea/item/olio-d-oliva-2> [acedido em 26/09/2017]

<sup>30</sup> Portal MEDDIET. Disponível em linha em <http://pt.dietamedunesco.it/dieta-mediterranea/alimentazione> [acedido em 26/09/2017]

<sup>31</sup> Portal MEDDIET. Disponível em linha em <http://pt.dietamedunesco.it/dieta-mediterranea/la-storia-del-riconoscimento> [acedido em 26/09/2017]

No caso do excerto 23, a variação aparenta ser novamente por causas interlinguísticas, visto que em italiano a designação é *olio d'oliva*, pelo que se pressupõe tratar-se de um decalque. Nos excertos 24 e 25, poderão ser causas prévias, pela possibilidade de variação ou até mesmo geográficas, ligadas à própria tradução.

Nos excertos 26/27, 28/29, 30/31, 32/33, estabeleceu-se uma comparação entre a terminologia utilizada no portal MEDDIET e a terminologia utilizada no *corpus* de análise.

Na base da Dieta Mediterrânea estão três elementos, a chamada **Tríade Mediterrânea**: trigo, óleo e vinho.

*Excerto 26 - Portal MEDDIET<sup>32</sup>*

Desde então, a DM tem sido reconhecida pela comunidade científica como uma “forma de comer” promotora de saúde, que partilha uma matriz alimentar comum que assenta na produção e no consumo de azeite, de cereais e de vinho, também conhecida como a **trilogia mediterrânica**.

*Excerto 27 - Aspetos nutricionais e alimentares da Dieta Mediterrânica: existem particularidades na região do Algarve? (A Dieta Mediterrânica em Portugal: Cultura, Alimentação e Saúde p. 93)*

Além de se basear em uma grande quantidade de fruta fresca, a Dieta Mediterrânea aconselha o consumo cotidiano de **fruta seca**.

Amêndoas, nozes, pistache, contêm pouca água, uma discreta quantidade de proteínas, poucos açúcares e uma quantidade notável de ácidos graxos poliinsaturados particularmente benéficos como ômega-3 e ômega-6. As frutas secas têm também um alto poder calórico e por isso é aconselhado consumi-las em pequenas quantidades, mas muitas vezes.

*Excerto 28 - Portal MEDDIET<sup>34</sup>*

---

<sup>32</sup> Portal MEDDIET. Disponível em linha em <http://pt.dietamedunesco.it/formazione/dizionario-della-dieta-mediterranea/item/triade-mediterranea> [acedido em 25/09/2017]

<sup>33</sup> Portal MEDDIET. Disponível em linha em <http://pt.dietamedunesco.it/formazione/videolezioni/item/11-il-senso-del-cibo> [acedido em 26/09/2017]

<sup>34</sup> Portal MEDDIET. Disponível em linha em <http://pt.dietamedunesco.it/formazione/dizionario-della-dieta-mediterranea/item/frutta-secca> [acedido em 26/09/2017]

(...) a utilização de produtos hortícolas, no geral, e de verduras, em particular, das ervas aromáticas condimentares, o consumo de leguminosas, de **frutos secos**, e ainda de peixe que certificam as características do consumo alimentar ao nível nacional como sendo mediterrânicas.

*Excerto 29 – Identidade alimentar mediterrânica de Portugal e do Algarve (Dimensões da Dieta Mediterrânica, p. 157)*

Além de se basear em uma grande quantidade de fruta fresca, a Dieta Mediterrânea aconselha o consumo cotidiano de fruta seca.

Amêndoas, nozes, pistache, contêm pouca água, uma discreta quantidade de proteínas, poucos açúcares e uma quantidade notável de **ácidos graxos** poliinsaturados particularmente benéficos como ômega-3 e ômega-6. As frutas secas têm também um alto poder calórico e por isso é aconselhado consumi-las em pequenas quantidades, mas muitas vezes.

*Excerto 30 - Portal MEDDIET<sup>35</sup> (4ª linha)*

(...) localizados a maioria dos nutrientes e daí a sua riqueza em proteína de alto valor biológico (lisina), **ácidos gordos** polinsaturados essenciais, fibra alimentar, vitaminas (B1, C e E  $\gamma$ -tocoferol), minerais e flavonóides (quercetina) de elevado poder antioxidante.

*Excerto 31 - Os cereais no contexto da Dieta Mediterrânica (Dimensões da Dieta Mediterrânica, p. 190)*

## **AS COMUNIDADES EMBLEMÁTICAS**

A Dieta Mediterrânea, mesmo sendo um elemento alimentar, cultural e social largamente compartilhado e praticado por povos de diversos Estados com vista para o Mar Mediterrâneo, assume um particular valor de identidade em algumas comunidades, definidas "emblemáticas". **Comunidades emblemáticas**, assim como descritas no dossiê de candidatura UNESCO da Dieta Mediterrânea, são grupos sociais territorialmente definidos representantes dos valores universais declarados Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade e particularmente responsáveis pela salvaguarda e valorização do elemento.

*Excerto 32 - Portal MEDDIET<sup>36</sup>*

<sup>35</sup> Portal MEDDIET. Disponível em linha em <http://pt.dietamedunesco.it/formazione/dizionario-della-dieta-mediterranea/item/olio-d-oliva-2> [acedido em 26/09/2017]

<sup>36</sup> Portal MEDDIET. Disponível em linha em <http://pt.dietamedunesco.it/comunita/comunita-emblematiche> [acedido em 26/09/2017]

A candidatura baseou-se em termos de conteúdo numa nova síntese concretizada em respostas a um formulário único para os sete Estados, com referências às especificidades nacionais e das sete **comunidades representativas** (...).

*Excerto 33 –A Dieta Mediterrânica e a UNESCO: memória breve de um reconhecimento mundial (Dimensões da Dieta Mediterrânica, p. 41)*

Nos excertos anteriormente analisados, verifica-se que há inconsistência terminológica no uso do termo *azeite* no portal MEDDIET. Contata-se também que há variação entre os termos usados no portal e no *corpus* de análise, que revela maior consistência no uso dos termos, pelo que revela ter mais estabilidade terminológica. É de salientar que os textos apresentados no portal MEDDIET são traduzidos ou produzidos em português na variante do Brasil, como é possível comprovar pela observação do vocabulário utilizado: *videoaulas*, *socioeconômicos* ou *patrimônio*, em que na variante do Brasil o acento grave é substituído pelo acento circunflexo, cuja terminologia se revelou distante da que se observou no *corpus* de análise. Adicionalmente, em algumas páginas do *site*, verificou-se que há total falta de coerência a nível semântico e, até mesmo, erros ortográficos de concordância e palavras em inglês descontextualizadas, levando à suspeição tratar-se de tradução automática, como comprova o excerto 34, pelo que a variação indicia ser por causas interlinguísticas.

A Tríade do Mediterrâneo, **mesmo que isso vem de longe, vem para baixo a nossos dias**, e se mudou por causa do cristianismo. **Ao Sul da Europa e ao redor da bacia do Mediterrâneo é convertido à religião cristã**, os elementos básicos da Tríade Mediterrâneo permanecem, **apenas que o cristianismo é um restyling: não abandoná-los**, não abandonar os velhos mitos, **simplesmente mudá-los e assiná-las transformado em cristiane storie**. **Não abandoná-los porque esses mitos são os formatos que funcionam muito bem**, tem muita aderência no imaginário coletivo do povo, e em vez disso criar uma mitologia e completamente novas histórias que não sabem que tinham tomado, o cristianismo ocupa os antigos mitos e **ele se adapta-los** ao seu ensino. **Assim, os elementos básicos da Triad Mediterrâneo, óleo de trigo e vinho, tornam-se elementos cristãos, em certo sentido, também são batizados eles**.

*Excerto 34- Portal MEDDIET<sup>37</sup> (1º parágrafo)*

<sup>37</sup> Portal MEDDIET. Disponível em linha em <http://pt.dietamedunesco.it/formazione/videolezioni/item/12-nel-nome-del-pane> [acedido em 15/02/2018]

Os fenómenos até agora abordados relacionam-se com termos, ou seja, com unidades terminológicas. A unidade terminológica define-se como a denominação de um conceito numa área do conhecimento ou uma esfera de atividade, distinguindo-se das unidades lexicais pela sua dimensão cognitiva.

No *corpus* de análise constituído para este estudo, estão incluídos textos ligados à Cultura que integram algumas designações populares relativas a técnicas de conservação ou preparação que também possuem uma dimensão cognitiva, conhecimento que resulta da prática e que foi passado através de gerações, pelo que estas designações são simultaneamente unidades identitárias e unidades de conhecimento.

### 5.3. Dimensão cultural e social da DM: o conceito de termo e o conceito de especialista

Segundo a abordagem cultural da terminologia (Diki-Kidiri, 2007) há que considerar o homem como um ser cultural, tanto individual como coletivamente, podendo pertencer a uma comunidade ou várias comunidades, entendidas como grupo com valores identitários e interesses em comum. A história de cada indivíduo ou comunidade determina a sua cultura e funda a diversidade de culturas, sendo que as experiências e conhecimentos do indivíduo constituem uma referência e uma forma de perceber a realidade, e a cultura constrói a identidade individual e da comunidade ou comunidades. Desta forma, a construção de registos que documentem as diversas terminologias, não só atuais, mas também tradicionais, tais como, técnicas de conservação, artesanato ou culinária, seria uma forma de aproximar as comunidades locais, regionais, nacionais e até mesmo internacionais, permitindo perceber realidades semelhantes e simultaneamente diversas.

Em toda a diversidade existente em Terminologia no que diz respeito às perspetivas e abordagens, teóricas e práticas, há um ponto essencial em comum: o objetivo final de transmissão, fixação e registo do conhecimento. Por esta razão, uma terminologia para a DM, que representa uma herança cultural e uma identidade para os países envolvidos, deverá abarcar não só o conhecimento na sua dimensão científica e técnica, mas também na sua dimensão cultural, indissociável da dimensão social. O

envolvimento das populações na temática da DM, bem como a participação nas iniciativas de divulgação por parte das entidades competentes, é vital para a continuidade da DM em todas as suas dimensões, estando atualmente ameaçada pelas alterações que o fenómeno da globalização traz à sociedade em geral. Por esta razão, uma terminologia para a DM que inclua terminologia popular poderá permitir às populações estabelecer a ligação entre a terminologia de carácter científico e os termos populares de que tenham conhecimento e que sempre foram utilizados pelas populações. Apesar destas terminologias não serem resultado de um conhecimento científico, são-no do conhecimento empírico que foi construído ao longo do tempo, fazendo com que também constituam conhecimento especializado. Este facto leva ao questionamento sobre o que considerar *especialista* (Conceição, 2016), visto que quem sempre usou e desenvolveu estas técnicas também é especialista.

Na tabela 2 apresenta-se um exemplo de terminologia popular para a técnica artesanal de secagem dos figos (Freitas (coord) et al., 2015, pp. 76-77), bem como terminologia para algumas variedades deste fruto que poderia ser incluída e descrita numa terminologia para a DM:

<b>Processo de preparação do figo</b>	
Lavagem	
Secagem	Efetuada nos almanxares, locais permanentes ou temporários onde tradicionalmente era efetuada a secagem dos figos destinados a passa. A secagem era realizada em tabuleiros de madeira com matérias artesanais e tinha uma duração entre 4 a 6 dias.
Expurgo	Remoção de possíveis larvas a fim de garantir a qualidade das passas
Entulhamento	Armazenamento dos figos em camadas de forma a evitar a circulação do ar, sendo a última camada coberta.
Embalagem	Operação precedida pela escolha dos figos por qualidade. Embalamento efetuado em caixas de madeira ou pacotes selados pelas entidades oficiais.
Qualidade dos figos: figo “flor”, “meia - flor”, “mercador” e “caldeira”.	

Tabela 1 – Vocabulário popular relativo ao processo de secagem do figo e terminologia de variedades de figo. As produções agrícolas e a Dieta Mediterrânica (A Dieta Mediterrânica em Portugal: Cultura, Alimentação e Saúde, pp. 76-77)

Se nesta perspetiva o conceito de *especialista* pode ser questionado, o conceito de *termo* também o pode ser, tendo em conta que esta terminologia está associada a conhecimento que pode ser considerado especializado.

A Socioterminologia, ao contrário da Terminologia tradicional, defende o estudo diacrónico das terminologias, que não podem ser dissociadas da História, oferecendo informação sobre a evolução dos discursos e das ideias, uma vez que o conhecimento num dado período do tempo é resultado de um processo que está em constante evolução e sujeito a mudanças, e reflete a alteração de perspetivas que podem levar ao avanço do conhecimento. Pela mesma razão, a inclusão e análise da terminologia popular para a designação de técnicas ou engenhos artesanais poderá ser pertinente como forma de registo de uma mundividência que já desapareceu ou que tende a desaparecer, e permite a fixação do conhecimento dentro de uma perspetiva linguística, social e cultural, constituindo um registo histórico. Há, por isso, uma consideração a fazer: a terminologia utilizada pelas populações também faz parte do património imaterial, tendo passado através de gerações, pelo que a inclusão de vocabulário popular na terminologia da DM poderia não só ser uma forma de identificação para as populações, mas uma forma de preservar uma riqueza patrimonial linguística que tende a desaparecer. Haverá, porém, espaço para esta dimensão etnográfica nas abordagens teóricas da Terminologia?

#### 5.4. Síntese

O forte componente cultural do domínio compósito da DM confere características aos discursos especializados que divergem da estrutura típica deste tipo de discursos apontada por Cabré e Estopà (2005). Com efeito, a necessidade de divulgação da DM a um público alargado, bem como o incentivo à sua participação levam à elaboração de discursos num registo com acentuado carácter divulgativo.

Os textos selecionados para o *corpus* deste domínio compósito caracterizam-se pela heterogeneidade e «multimodalidade» (Conceição, 2016). Segundo os exemplos apresentados nos excertos, registou-se a existência de termos polissémicos que refletem diferentes dimensões deste modelo alimentar, oscilação no uso de termos que não são comutáveis em todos os contextos, não sendo verdadeiramente sinónimos, ou

a existência de acrónimos formalmente idênticos, mas conceptualmente distintos. Estes fenómenos revelam variação nos textos especializados deste domínio composto, pelo que um estudo terminológico com um *corpus* heterogéneo em áreas, como o da DM, requer uma análise cuidada do contexto em que os termos ocorrem para determinar a que área pertence o conceito que envolvem. Embora seja difícil determinar as causas da existência de variação (Freixa, 2013), a sua ocorrência pode ter como finalidade uma comunicação de sucesso, cumprindo um dos objetivos máximos da Terminologia: a transmissão de conhecimento.

Verificou-se também que a comunidade de especialistas, a comunidade discursiva, não é homogénea e há um cruzamento de termos nos discursos especializados das várias áreas. Desta forma, os termos usados por especialistas de áreas que não a(s) sua(s) área(s) de especialização apresentam dimensões conceptuais díspares. Como consequência, os conceitos utilizados em toda a sua plenitude conceptual, só o são nas comunidades de especialistas equiparados a nível cognitivo, ou seja, partilham o mesmo conhecimento de uma dada área ou esfera de atividade.

Todas as questões e problemáticas anteriormente levantadas e discutidas neste estudo têm um objetivo mais prático: a elaboração de um recurso terminológico. A elaboração de um recurso terminológico para a DM, no âmbito do Plano de Salvaguarda, constituiria uma forma de preservar e divulgar a terminologia cultural dos diversos países da comunidade mediterrânica, bem como facilitar a comunicação de atividades conjuntas entre as várias comunidades representativas e facilitar a comunicação entre os intervenientes das mais diversas esferas de atividade ligadas à DM.

## 6. Terminologia para a Dieta Mediterrânea

### 6.1. Que recurso terminológico?

É essencial para qualquer língua dispor de unidades que designem o conhecimento de forma a transmiti-lo, contribuindo para o seu avanço. Por esta razão, os termos assumem um papel preponderante na circulação do conhecimento e a sua produção deseja-se que seja contínua, de forma a acompanhar o ritmo de produção do conhecimento, que respeite o sistema linguístico e que seja utilizada.

A quantidade e velocidade da circulação de informação que se verifica na atualidade trouxeram a necessidade de facilitar o seu fluxo, que se pretende ser de qualidade e rigor. Na elaboração de um recurso terminológico, segundo Cabré (1993, p. 37)<sup>38</sup>, há quatro abordagens distintas a ter em conta:

- i. Do ponto de vista linguístico, a terminologia é um léxico especializado que cumpre critérios temáticos e pragmáticos.
- ii. Do ponto de vista dos especialistas é a formalização da organização conceptual de uma área de conhecimento especializado, bem como um meio de expressão e de comunicação profissional
- iii. Para os utilizadores (diretos ou intermediários) a terminologia é um conjunto de unidades de comunicação, úteis e práticas, cujo valor se mede em função dos valores de economia, precisão e adequação.
- iv. Para a planificação linguística, deve haver intervenção no campo da terminologia por forma a reafirmar a existência, a utilidade e a sobrevivência de uma língua, e para garantir, pela modernização, a sua continuidade como forma de expressão.
- v.

Relativamente a estes quatro pontos, no caso particular da DM, é pertinente acrescentar a importância para a preservação de um património terminológico e linguístico.

---

<sup>38</sup> Tradução livre

De acordo com a autora (*idem*), há três perspectivas relativamente à terminologia: a dos utilizadores diretos, que são os especialistas, dado que é através da terminologia que comunicam e conceptualizam o seu campo de trabalho ou de estudo; a dos intermediários, que poderão ser tradutores ou intérpretes, que necessitam de bases de dados para realizarem o seu trabalho; e a perspectiva dos que trabalham nela, tal como os terminólogos. Há igualmente outras entidades que poderão consultar recursos terminológicos por necessidade de veicular informação utilizando terminologia própria das mais variadas áreas. A título de exemplo, os meios de comunicação ou o público em geral que, embora não necessitando de terminologias especializadas, pode ter interesse por uma área e procurar aceder a informação terminológica e conceptual.

A elaboração de terminologia para a DM, teria, pois, de ter em vista diversos planos, na tentativa de ser o mais ampla possível, pelo que a elaboração de um recurso terminológico, como uma base de dados, poderia ter a abrangência necessária para poder proporcionar informação terminológica das várias áreas deste domínio compósito e estabelecer terminologias diferenciadas, com graus de conceptualização distintos, que incluíssem terminologia popular e terminologia em várias línguas. Adicionalmente, poderia contribuir para uma melhoria da comunicação e compreensão interlinguística, o que proporcionaria melhor entendimento, conhecimento e aproximação entre culturas, promovendo as várias línguas e culturas dos sete países que constituem a comunidade da DM dentro do espaço mediterrânico. De igual forma, mas a nível global, seria um modo de difusão deste modelo multidimensional. Por último, poderia igualmente contribuir para a fixação do conhecimento de terminologias que tendem a perder-se entre gerações ou que desaparecerão devido ao contínuo e célere desenvolvimento tecnológico e industrial.

A elaboração de uma terminologia multilingue para o domínio da DM constituiria uma oportunidade de criar um projeto comum entre os países envolvidos, permitindo um intercâmbio de informação, o que favoreceria as relações entre comunidades, seria enriquecedor a nível terminológico, linguístico e cultural e permitiria estabilizar a terminologia nesta área recente, de forma a melhorar a comunicação entre todos os que nela intervêm.

Outro recurso digital, como um *site*, proporcionaria uma entrada para o mundo mediterrânico e, através de hiperligações, menus e diversas secções, permitiria a

criação de textos com diversos estratos (Delavigne, 2017) que remetem para janelas ou outras páginas, permitindo a adição de imagens e até e vídeos, criando uma forma cativante de obter informação. Nesse espaço, poderia ser criada uma base de dados terminológica, glossário ou outro recurso em que também se poderia incluir termos populares. Contudo, esta tarefa seria complexa pela heterogeneidade de áreas, de intervenientes e a variabilidade de situações discursivas que envolve. Para além desta dificuldade, uma terminologia multilingue teria de resultar de um esforço concertado por parte dos países envolvidos no Plano de Salvaguarda e poderia levar a decisões sobre formas terminológicas preferenciais, ou seja, sobre decisões de normalizar ou harmonizar esta terminologia, de acordo com as políticas de língua de cada país.

## 6.2. Normalização e Harmonização

Um dos objetivos da elaboração de recursos terminológicos é facilitar a comunicação mediante uma terminologia estável e desenvolvida. Como tal, podem ocorrer decisões sobre formas preferenciais de utilização que, por vezes, resultam de decisões unilaterais. Desta forma, a normalização é uma questão incontornável em Terminologia, dado que foi inicialmente esse o objetivo da Terminologia.

Atualmente, a produção de conhecimento é rápida e inevitável e os meios de difusão são muito diversificados, pelo que muitos termos acabam por circular nas línguas em que o conhecimento é produzido e entram noutros sistemas linguísticos como empréstimos ou decalques, acabando por povoar outras línguas, descaracterizando-as. Esta situação tem-se intensificado com o uso do inglês como língua de comunicação científica. Por este motivo, recorre-se à normalização como forma de preservação das línguas, por vezes utilizando o artifício para criar terminologias em conformidade com os sistemas linguísticos.

De acordo com Cabré (2002), o termo *normalização* pode referir dois conceitos: o processo de converter num padrão, numa norma, ou o processo de converter em habitual, no sentido de alargar ao uso da língua. No entanto, em Terminologia, *normalização* também pode referir o processo de intervenção de uma entidade no sentido de estabelecer preferência relativamente a uma denominação em detrimento de outra, sendo que a normalização pode ser ao nível de uma língua ou a nível

internacional e plurilingue, no qual são os próprios utilizadores ou o uso que determinam a utilização preferencial dos termos em cada língua.

Para a autora, a normalização prescritiva terminológica, pode ter uma função de preservação e proteção de línguas minoritárias, contexto em que ela própria está inserida, e deve ser resultado de uma política referente à língua em geral, gradual e que tenha em conta os aspetos socioculturais.

Todavia, o termo *normalização* pode estar associado a uma conotação negativa de imposição, pelo que Depecker (1995) menciona a utilidade do conceito *harmonização*.

Harmoniser, cela veut dire mettre en correspondance les termes les uns avec les autres au sein d'une même langue et entre langues, en ménageant les usages: ce qui signifie notamment prendre en compte la synonymie, point qui me paraît fondamental dans tout processus de normalisation.

Depecker (1995, p. 87)

De acordo com o autor, a harmonização visa pôr os termos em correspondência uns com os outros, gerindo o seu uso, contrariamente à normalização que impõe uma forma terminológica como padrão, rejeitando a sinonímia.

A Socioterminologia tem uma perspectiva descritivista da terminologia, dado o seu foco na circulação dos termos e nos significados que constroem. Por conseguinte, para Gaudin (2005), uma intervenção linguística deve ser precedida de um estudo descritivo, a fim de se determinar a situação que está a ocorrer e propor soluções. Uma intervenção linguística só terá sucesso se estiver de acordo com «(...) les opinions des locuteurs et donc avec les sentiments et les pratiques linguistiques» (idem, p. 84), pelo que a informação, consulta e negociação da terminologia junto dos que a utilizam é determinante para que seja efetivamente difundida. O autor distingue *normalisation* e *normaison*, sendo que o primeiro termo se refere à unificação de uma forma terminológica, enquanto *normaison* implica uma regulação num sistema linguístico. Numa terminologia para a DM, qual seria a adequada: prescritiva, visando a normalização, ou harmonizando termos de forma a registar e remeter para outras formas? Pelos exemplos apresentados em que há evidências de que ocorrem vários tipos fenómenos como a sinonímia e dada a diversidade e a heterogeneidade de áreas e intervenientes neste domínio, a harmonização seria mais adequada, pois reconhece a existência de variação e poderia até mesmo remeter, em alguns casos, para

terminologia popular. Porém, dado que em Portugal não há um organismo regulador da língua, fica por determinar a quem competiria tomar decisões relativamente a esta gestão terminológica.

Uma terminologia multilingue para a DM, exigiria um esforço concertado entre os vários países, no entanto cada país tem a sua política relativamente à língua, entrando no campo das políticas de língua de cada país. Assim, há que considerar quais as políticas, se existentes, ou decisões que cada país tomaria relativamente à terminologia na sua língua e que impacto essas decisões teriam nas populações, visto que a terminologia da DM está intrinsecamente ligada à Cultura e identidade das comunidades envolvidas.

## 7. Conclusão

A DM abrange um conjunto diversificado de áreas do conhecimento, esferas de atividade e de intervenientes, envolvendo especializações diferentes. Esta diversidade abrange não só os vários intervenientes a nível nacional, mas também as comunidades internacionais que fazem parte da lista de países representativos da DM, o que pode levar ao surgimento de problemas de comunicação pela diversidade de línguas, por ser uma área de estudo relativamente recente o que pode conferir instabilidade à terminologia utilizada e pela variabilidade que encerra.

Na introdução, foram levantadas as questões para este estudo que se relacionam com a elaboração de uma terminologia para a DM, dada a grande heterogeneidade de áreas e intervenientes com diferentes graus de especialização. Desta forma, explicita-se novamente as questões de investigação a fim de se expor as conclusões alcançadas:

- O conceito de domínio aplicar-se-á à DM?

A DM abarca várias áreas do conhecimento e várias esferas de atividade, o que lhe confere características às quais as atuais definições do conceito de domínio nas várias abordagens teóricas em Terminologia que foram apresentadas não dão inteiramente resposta. Perante esta heterogeneidade de áreas do conhecimento, de esferas de atividade e de intervenientes, e a interação que entre eles se estabelece, envolvendo uma certa circularidade, como delimitar o domínio? Algumas das abordagens teóricas da Terminologia parecem não dar uma resposta clara em relação aos domínios compostos por diversas áreas e atividades, indiciando vestígios da herança positivista, embora a TCT reconheça a dificuldade em estabelecer uma fronteira nítida entre as áreas do conhecimento, dado que a segmentação da realidade é um artifício (Cabré, 1993).

As definições dadas por (De Bessé et al., 1997) no glossário de termos da Terminologia, apresentam o domínio como uma área/campo temático, área do saber, disciplina, processos de produção ou métodos em que um conceito é usado, sendo adaptado ao longo do tempo pelos especialistas conforme necessário, sendo, por isso, dinâmico e pode ter múltiplas estruturas.

A Socioterminologia, por sua vez, tem questionado o conceito de domínio. Trabalhos realizados dentro desta perspectiva levantaram a problemática dos domínios compostos por várias áreas, concluindo que a estanquicidade de áreas não se verifica, pois há uma circulação contínua do conhecimento entre essas áreas e a inovação acontece devido a esta interação, propondo a denominação alternativa de *atividade* ou *esfera de atividade* (Conceição, 2005), conceitos que são mais abrangentes e que esbatem as fronteiras entre áreas dado que a circulação de informação entre áreas do conhecimento e esferas de atividade é contínua. Dentro desta perspectiva surgem também os termos *multidomínio* que não implica uma relação de hierarquia ou o termo que foi adotado neste trabalho, domínio compósito, interpretado como uma "mescla", em que as áreas e as esferas de atividade se misturam. Em suma, o conceito de domínio existente em Terminologia atualmente deixa transparecer a concepção de domínio como uma única área, possível de delimitar e estruturar conceptualmente, indiciando não abarcar inteiramente a complexidade e heterogeneidade que a DM revela.

- Que *corpus* constituir?

Para a realização deste estudo foi constituído um *corpus* para aquisição de competência cognitiva na temática da DM, do qual se constituiu um *corpus* mais pequeno para análise de questões pertinentes ao estudo. Dado que a DM é uma temática marcada pela heterogeneidade de áreas e atividades, procuraram-se textos ou livros que mencionassem especificamente a DM e que fossem produzidos por especialistas ou entidades reconhecidas pela comunidade. Na fase de constituição do *corpus* verificou-se que havia textos, nomeadamente textos na área da Cultura e Ciências Sociais, que divergiam da tipologia textual dos discursos especializados, tida como objetiva e apresentando grande densidade terminológica. Porém, estes textos foram concebidos por especialistas e estas características um pouco desviantes poderão ser devidas à sua dimensão pedagógica, pois o seu objetivo é a definição e divulgação da DM na sua dimensão cultural.

Por razões práticas procuraram-se textos em formato digital e de livre acesso sobre a DM, porém, num trabalho futuro mais extenso poder-se-ia alargar a pesquisa a textos

que não fossem de livre acesso e a esferas de atividade que não foram contempladas neste *corpus*, como a produção de vinho.

- Que quadro(s) teórico(s) melhor fundamenta(m) a elaboração de uma terminologia com estas características?

À exceção da Terminologia tradicional, que procura a univocidade terminológica e considera o termo como uma etiqueta denominativa para o conceito, as abordagens teóricas mais recentes apresentam fundamentos para a elaboração da terminologia da DM. A TCT, a Socioterminologia e a abordagem Sociocognitiva reconhecem os fenómenos ligados às línguas naturais, tal como a polissemia ou sinonímia. A TCT valoriza a dimensão pragmática dos discursos especializados, fundamento significativo, dada a importância que os discursos assumem na transmissão do conhecimento, contribuindo para a consciencialização sobre a importância da conservação do património e identidade partilhados por várias comunidades. A Socioterminologia pela valorização da descrição dos fenómenos que ocorrem nos discursos especializados, valorizando mesmo a diacronia, com origem de problemas terminológicos que surjam na atualidade e como forma de estudar a evolução do conhecimento.

A Terminologia Cultural também tem fundamentos relevantes para a elaboração da terminologia para a DM, dado que valoriza a dimensão cultural do Homem que é vital para a construção da identidade, e o registo terminológico também pode ser uma forma de preservação de uma Cultura e identidade.

- O que se poderá considerar variação e de que tipo?

Os fenómenos linguísticos presentes nos discursos especializados, heterogeneidade de intervenientes e os diferentes contextos para os quais estes discursos são produzidos resultam numa variabilidade discursiva que tem como consequência a variação terminológica. Esta variação pode ser ao nível das unidades terminológicas, bem como ao nível da densidade conceptual dado que nos discursos há um cruzamento de termos de outras áreas e atividades, apresentando dimensões conceptuais diferentes.

As causas da variação são difíceis de determinar (Freixa, 2013), porém a variação que foi detetada na análise ao *corpus* poderá dever-se a causas prévias ou discursivas devido à heterogeneidade de áreas e de intervenientes, causas funcionais, pela adequação ao registo e nível de língua, ou causas interlinguísticas, no caso do recurso digital que foi apresentado, em que os textos resultam de tradução ou foram produzidos em português, variante do Brasil.

Para além da variação detetada em textos monolingues, verificou-se que há textos resultantes de tradução que apresentam ainda mais variação, pelo que a constituição de um recurso terminológico que possa constituir uma referência seja uma forma de estabilizar a terminologia no domínio compósito da DM

- O que considerar *termo e especialista*? O vocabulário dos especialistas, sob uma perspetiva unicamente científica ou vocabulário popular que há muitas gerações utilizam técnicas artesanais herdadas, sendo igualmente especialistas?

O forte componente cultural da DM, que abarca técnicas artesanais ancestrais apuradas e herdadas ao longo do tempo, fazem das populações que as utilizam especialistas, pelo que o vocabulário que usam está aliado a conceitos ou técnicas, podendo constituir igualmente uma terminologia especializada. Assim, é pertinente questionar se os conceitos *termo* e *especialista* poderão referir unicamente conhecimento científico ou técnico.

- Dentro da heterogeneidade e variação apresentadas pela DM, como estruturar a terminologia e organização do conhecimento para a elaboração desta terminologia num recurso terminológico?

Uma base de dados ou um *site* apresentariam a vantagem de chegar a um público alargado e possibilitariam a criação de terminologias diferenciadas em planos diferentes, com várias densidades terminológicas e conceptuais e o mais ampla possível, pela diversidade de intervenientes e áreas que integram o domínio compósito da DM.

A elaboração de um recurso terminológico monolingue, no contexto nacional, permitiria uma estabilização da terminologia da DM, facilitando a circulação do

conhecimento entre os vários intervenientes neste domínio, dando um contributo para a fixação do conhecimento. Adicionalmente, permitiria às populações acederem ao conhecimento e a um património linguístico que reforça a sua identidade.

Quanto à elaboração de terminologia multilingue facilitaria a comunicação entre as comunidades intervenientes neste domínio compósito, contribuindo para uma melhoria da compreensão interlinguística o que poderia favorecer a aproximação entre culturas, promovendo as várias línguas e culturas dos sete países, não só junto das comunidades mediterrânicas, mas também a nível global, difundindo este modelo multidimensional.

Em suma, as questões relacionadas com a terminologia da DM são extensas, pelo que se aponta para estudos futuros, um estudo aprofundado da variação e as suas causas, alargando o *corpus* de estudo para esse efeito, bem como um estudo sobre a fraseologia nos discursos da DM.

## Referências bibliográficas

- Almeida, C., Partidário, A., Carvalho, A. F., Marreiros, A., Rosa, A., Rodrigues, A., ... Carita, T. (2014). *A Dieta Mediterrânica em Portugal: Cultura, Alimentação e Saúde*. (A. Romano, Ed.). Faro: Universidade do Algarve. Disponível em linha em [http://www.apn.org.pt/documentos/ebooks/Ebook\\_Dieta\\_Mediterranica.pdf](http://www.apn.org.pt/documentos/ebooks/Ebook_Dieta_Mediterranica.pdf) [acedido em 18/08/2017].
- Bordet, G. (2013). Brouillage des frontières , rencontres des domaines : quelles conséquences pour l ' enseignement de la terminologie et de la traduction spécialisée. *ASp*, 64, 95–115. Disponível em linha em <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/567/568> [acedido em 18/09/2017].
- Cabré, M. T. (1993). *La Terminología - Teoría, Metodología y Aplicaciones* (1st ed.). Barcelona: Editorial Antártida/Empúries.
- Cabré, M. T. (1995). La terminología hoy: concepciones , tendencias y aplicaciones. *Ciência Da Informação*, 24(3). Disponível em linha em <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/567/568> [acedido em 15/09/2017].
- Cabré, M. T. (1999). *Representación y Comunicación*. (M. R. Bayá, Ed.) (first edit). Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada.
- Cabré, M. T. (2000). Sur la représentation mentale des concepts: bases pour une tentative de modélisation. In H. Béjoint & P. Thoiron (Eds.), *Le sens en terminologie* (pp. 20–39). Lyon: Presses Universitaire de Lyon.
- Cabré, M. T. (2002). Terminología y normalización lingüística. In *Jornadas UPV/EHU* (pp. 1–19). Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea. Disponível em linha em <https://www.ehu.es/documents/2430735/2877801/cabret.pdf> [acedido em 24/09/2017].
- Cabré, M. T. (2009). La teoría comunicativa de la terminología, una aproximación lingüística a los términos. *Revue Française de Linguistique Appliquée*, XIV(2), 9–15. Disponível em linha em <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-linguistique-appliquee-2009-2-page-9.htm> [acedido em 28/06/2017].
- Cabré, M. T., & Estopà, R. (2005). *Unidades de Conocimiento Especializado, caracterización y tipología*. Barcelona. Disponível em linha em [https://www.academia.edu/5304923/Unidades\\_de\\_conocimiento\\_especializado\\_caracterizaci%C3%B3n\\_y\\_tipolog%C3%ADa](https://www.academia.edu/5304923/Unidades_de_conocimiento_especializado_caracterizaci%C3%B3n_y_tipolog%C3%ADa). 2005. M. Teresa Cabré Rosa Estopà. Coneixement llenguatge i discurs especialitzat 7 63 [acedido em 27/09/2017].
- Conceição, M. C. (2005). *Concepts, termes et reformulations*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.

- Conceição, M. C. (2016). Terminologia e respetivos impactos no acesso equitativo ao conhecimento. In conferência apresentada no simpósio da R. I. de Terminologia (Ed.), *Simpósio da Rede Iberoamericana de Terminologia - RITERM*. São Paulo.
- Contente, M. (2008). *Terminocriatividade, sinonímia e equivalência interlinguística em medicina* (Edição ext). Lisboa: Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa.
- De Bessé, B., Nkwenti-Azeh, B., & Sager, J. C. (1997). Glossary of Terms used in Terminology. *Terminology. International Journal of Theoretical and Applied Issues in Specialized Communication*, 4(1), 117–156. Disponível em linha em <https://benjamins.com/series/term/term.gloss.pdf> [acedido em 10/01/2018].
- De Bessé, B. de. (2000). Le domaine. In H. Béjoint & P. Thoiron (Eds.), *Le sens en terminologie* (pp. 182–197). Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- Delavigne, V. (1995). Approche socioterminologique des discours du nucléaire. *Journal Des Traducteurs*, 2(40), 308–319. Disponível em linha em <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00924100/document> [acedido em 17/09/2017].
- Delavigne, V. (2017). Term usage and socioterminological variation: The impact of social and local issues on the movement of terms. In M.-C. (University of M. L'Homme & K. (University of T. Kageura (Eds.), *Multiple Perspectives on Terminological Variation* (pp. 31–55). Amestdam/Philadelphia: John Benjamins B.V. <http://doi.org/10.1075/tlrp.18>.
- Depecker, L. (1995). Terminologie et standardisation. *Hieronymus*, (3), 85–88. Disponível em linha em <https://cvc.cervantes.es/lengua/hieronymus/pdf> [acedido em 25/09/2017].
- Desmet, I. (2005). Variabilité et variation en terminologie et langues spécialisées : discours, textes et contextes. In D. Bamplain, P. Thoiron, & M. van Campenhoudt (Eds.), *Actes des septièmes journées scientifiques du réseau de chercheurs Lexicologie Terminologie Traduction* (pp. 235–247). Paris: Editions des archives contemporaines. Disponível em linha em <http://perso.univ-lyon2.fr/~thoiron/JS%20LTT%202005/pdf/Desmet.pdf> [acedido em 05/09/2017].
- Diki-Kidiri, M. (2007). Éléments de terminologie culturelle. *Cahiers Du Rifal*, (26), 13–18. Disponível em linha em <http://termisti.ulb.ac.be/rifal/PDF/rifal26/crf-26-00.pdf> [acedido em 16/09/2017].
- Domínio. (2009). In *Dicionário Integral da Língua Portuguesa*. (1ª Ed.). Lisboa: Texto Editores, Lda.
- Domínio. (2003-2018). In *Infopédia.pt*. Porto: Porto Editora. Disponível em linha em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/dom%C3%ADnio> [acedido em 28/02/2018].
- Domínio. (2008-2013). In *Priberam.pt*. Porto: Porto Editora. Disponível em linha em <https://www.priberam.pt/dlpo/dom%C3%ADnio> [acedido em 28/02/2018].

- Felber, H. (1984). *Terminology Manual*. Paris: Unesco e Infoterm. Disponível em linha em <http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000620/062033EB.pdf> [acedido em 28/02/2018].
- Freitas (coord.) et al., A. (Ed.). (2015). *Dimensões da Dieta Mediterrânica, Património Cultural Imaterial da Humanidade* (Universida). Faro: Universidade do Algarve. Disponível em linha em <https://issuu.com/ualg/docs/dimensoes-dieta-mediterranica/3> [acedido em 15/09/2017].
- Freixa, J. (2013). Otra vez sobre las causas de la variación denominativa. *Debate Terminológico*, (9), 38–46. Disponível em linha em <http://seer.ufrgs.br/riterm/article/viewFile/37170/24032> [acedido em 23/09/2017].
- Fréjaville, R. M. (2002). *Étude terminologique du discours spécialisé de la pollution*. Université Lumière Lyon2.
- Fréjaville, R. M. (2009). Le corpus en analyse terminologique de domaines composites et interdisciplinaires. In A. Contemporaires (Ed.), *Passeurs de mots, passeurs d'espoir* (pp. 593–604). Lisboa. Disponível em linha em [http://www.bibliotheque.auf.org/doc\\_num.php?explnum\\_id=877](http://www.bibliotheque.auf.org/doc_num.php?explnum_id=877) [acedido em 05/01/2018].
- Gambier, Y. (1987). Problèmes terminologiques des pluies acides : pour une socio-terminologie. *Meta*, 32(3), 314–320. Disponível em linha em <https://www.erudit.org/fr/revues/meta/1987-v32-n3-meta317/002791ar/> [acedido em 29/09/2017].
- Gaudin, F. (1993). *Pour une Socioterminologie. Des Problèmes Sémantiques aux Pratiques Institutionnelles*. Rouen: Publication de l'Université de Rouen.
- Gaudin, F. (2000). Les termes ont-ils des propriétés extrinsèques? In H. Béjoint & P. Thoiron (Eds.), *Le sens en terminologie* (pp. 153–181). Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- Gaudin, F. (2003). *Socioterminologie. Une approche sociolinguistique de la terminologie*. Bruxelles: De Boeck Duculot.
- Gaudin, F. (2005). La socioterminologie. *Langages*, 157(1), 80–92. <http://doi.org/10.3406/lgge.2005.976>. Disponível em linha em <http://doi.org/10.3406/lgge.2005.976> [acedido em 18/09/2017].
- Graça, P. (2014). Breve história do conceito de dieta Mediterrânica numa perspetiva de saúde. *Fatores de Risco*, 31(jan-mar), 20–23. Disponível em linha em [http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31\\_JanMar14.pdf](http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31_JanMar14.pdf) [acedido em 28/09/2017].
- Nestle, M. (1995). Mediterranean diets: historical and research overview. *The American Journal of Clinical Nutrition*, 61 (suppl)(6), 1313S–1320S. Disponível em linha em [http://eddiejackson.net/data/college/02\\_Nutrition/AJCNmediterranean-diets.pdf](http://eddiejackson.net/data/college/02_Nutrition/AJCNmediterranean-diets.pdf) [acedido em 21/09/2018].

- Noronha, F., & Conceição, M. C. (2017). Fixação terminológica por tradutores: em busca da normalização perdida! In *Terminologia para a normalização e terminologia para a internacionalização*. Barcelona.
- Pearson, J. (1998). *Terms in context* (Vol. 1). Amsterdam: John Benjamins.
- Queiroz, J. (2014). Dieta Mediterrânica: um modelo cultural. *Farores de Risco*, (jan-mar), 8–18. Disponível em linha em <http://www.spc.pt/SPC/AreaCientifica/publicacoes/rfr/arti> [acedido em 15/09/2017].
- Remígio, A., Roberto, T., & Costa, R. (2006). Terminologia e Representação do Conhecimento: uma proposta de posicionamento e delimitação conceptual das Ciências da Nutrição. *Sociedade Portuguesa de Ciências Da Alimentação E Nutrição*, 12(3), 85–92. Disponível em linha em [http://www.spcna.pt/download.php?path=pdfs&filename=SPCNA\\_20090101224232\\_RAH\\_2006\\_n\\_3\\_1.pdf](http://www.spcna.pt/download.php?path=pdfs&filename=SPCNA_20090101224232_RAH_2006_n_3_1.pdf) [acedido em 20/09/2017].
- Standard International. (2000). *Terminology Work - Vocabulary - Part 1: Theory and application* (ISO 1087 - 1). Disponível em linha em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/312608/mod\\_resource/content/1/ISO\\_1087-1\\_2000\\_PDF\\_version\\_%28en\\_fr%29\\_CPDF.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/312608/mod_resource/content/1/ISO_1087-1_2000_PDF_version_%28en_fr%29_CPDF.pdf) [acedido em 16/01/2018].
- Temmerman, R. (2000). *Towards New Ways of Terminology Description: the Sociocognitive Approach*. Amesterdão: John Benjamins.
- Thoiron, P., & Béjoint, H. (2010). La terminologie, une question de termes? *Meta*, 55(1), 105–118. <http://doi.org/DOI:10.7202/039605ar>.
- Valagão, M. M. (2011). Dieta mediterrânica, Património Imaterial da Humanidade. *Associação Portuguesa de Horticultura*, 105(abr-jun), 23–27.

## Bibliografia do *corpus* de referência

- Afonso, L., Moreira, T., & Oliveira, A. (2014). Índices de adesão ao padrão alimentar mediterrânico – a base metodológica para estudar a sua relação com a saúde. *Fatores de Risco*, 31 (jan-mar), 48–55. Disponível em linha em [http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31\\_JanMar14.pdf](http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31_JanMar14.pdf) [acedido em 23/09/2017].
- Almeida, C., Partidário, A., Carvalho, A. F., Marreiros, A., Rosa, A., Rodrigues, A., ... Carita, T. (2014). *A Dieta Mediterrânica em Portugal: Cultura, Alimentação e Saúde*. (A. Romano, Ed.). Faro: Universidade do Algarve. Disponível em linha em [http://www.apn.org.pt/documentos/ebooks/Ebook\\_Dieta\\_Mediterranica.pdf](http://www.apn.org.pt/documentos/ebooks/Ebook_Dieta_Mediterranica.pdf) [acedido em 18/08/2017].
- Barros, V. (2014). Aposta numa agricultura sustentável ao serviço de uma alimentação saudável. *Fatores de Risco*, 31(jan-mar), 94–97. Disponível em linha em [http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31\\_JanMar14.pdf](http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31_JanMar14.pdf) [acedido em 23/09/2017].
- Barros, V., Carrageta, M., Graça, P., Queiroz, J., & Sarmiento, M. (n.d.). Dieta Mediterrânica. Um Património Civilizacional Partilhado. Divulgação, Portugal: Turismo de Portugal. Disponível em linha em [http://www.turismodeportugal.pt/Português/turismodeportugal/publicacoes/Documents/Dieta\\_Mediterranea\\_por.pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Português/turismodeportugal/publicacoes/Documents/Dieta_Mediterranea_por.pdf) [acedido em 17/02/2017].
- Carrageta, M. (2014). A Dieta Mediterrânica e as doenças cardiovasculares. *Fatores de Risco*, 31(jan-mar), 24–29. Disponível em linha em [http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31\\_JanMar14.pdf](http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31_JanMar14.pdf) [acedido em 24/09/2017].
- Dias, J., Matos, E., Colen, R., Ramalho, A., & Dinis, M. T. (2012, dezembro). O Consumo de Peixe na Dieta Mediterrânica. *UALGzine*, 14. Disponível em linha em [http://www.cieo.pt/downloads/web\\_ualgzine\\_6.pdf](http://www.cieo.pt/downloads/web_ualgzine_6.pdf) [acedido em 1/08/2017].
- Durão, C., Oliveira, J., & M, de A. (2008). Portugal e o Padrão Alimentar Mediterrânico. *SPCNA*, 14(3), 115–128. Disponível em linha em [http://www.spcna.pt/download.php?path=pdfs&filename=SPCNA\\_20100123134305\\_RAH\\_2008\\_n\\_3\\_3.pdf](http://www.spcna.pt/download.php?path=pdfs&filename=SPCNA_20100123134305_RAH_2008_n_3_3.pdf) [acedido em 23/09/2017].

- Freitas, A. (coord.) et al. (2015). *Dimensões da Dieta Mediterrânica, Património Cultural Imaterial*. Faro: Universidade do Algarve. Disponível em linha em <https://issuu.com/ualg/docs/dimensoes-dieta-mediterranica/3> [acedido em 18/09/2017].
- Machado, C. (2013). Dieta Mediterrânica: a dieta que protege? *Revista Portuguesa de Medicina Geral E Familiar*, 29(4), 265–267. Disponível em linha em <http://www.rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/article/view/11114/10844> [acedido em 21/08/2017].
- Pedrosa, C. (2013). A Dieta Mediterrânica reduz o risco de síndrome metabólica. *Fatores de Risco*, 29(abr-jun), 52–55. Disponível em linha em <http://www.spc.pt/SPC/AreaCientifica/publicacoes/rfr/artigo.aspx?id=cr8fti75n2> [acedido em 23/09/2017].
- Pereira, C. M. (2011). Redução da incidência de Diabetes Tipo 2 e Dieta Mediterrânica: comentário ao estudo de intervenção nutricional PREDIMED - Reus. *Fatores de Risco*, 20 (jan-mar), 94–97. Disponível em linha em <http://www.spc.pt/SPC/AreaCientifica/publicacoes/rfr/artigo.aspx?id=8qkjmjwjk> [acedido em 21/08/2017].
- Pinho, I., Franchini, B., & Rodrigues, S. (2016). Guia alimentar mediterrânico: relatório justificativo do seu desenvolvimento. divulgação, Portugal: Direção Geral de Saúde. Disponível em linha em <http://nutrimento.pt/activeapp/wp-content/uploads/2016/07/Guia-alimentar-mediterranico.pdf> [acedido em 2/01/2017].
- Pinho, I., Rodrigues, S., Franchini, B., & Graça, P. (2016). Padrão alimentar mediterrânico: promotor de saúde. Divulgação, Portugal: Direção Geral de Saúde. Disponível em linha em [http://nutrimento.pt/activeapp/wp-content/uploads/2016/02/Padrao-Alimentar-Mediterranico\\_Promotor-de-saude.pdf](http://nutrimento.pt/activeapp/wp-content/uploads/2016/02/Padrao-Alimentar-Mediterranico_Promotor-de-saude.pdf) [acedido em 23/09/2017].
- Queiroz, J. (2014). Dieta Mediterrânica: um modelo cultural. *Fatores de Risco*, 31 (jan-mar), 8–18. Disponível em linha em [http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31\\_JanMar14.pdf](http://www.spc.pt/DL/RFR/FR31_JanMar14.pdf) [acedido em 14/08/2017].

- Queiroz, J., & Costa, M. (2013). Dieta Mediterrânica, Património Imaterial da Humanidade. *APH*, 114 (jan-mar), 34–37. Disponível em linha em [http://www.aphorticultura.pt/uploads/4/8/0/3/48033811/revista\\_114\\_entrevista.pdf](http://www.aphorticultura.pt/uploads/4/8/0/3/48033811/revista_114_entrevista.pdf) [acedido em 19/08/2017].
- Romano, A., & Gonçalves, S. (2015). *Plantas silvestres comestíveis do Algarve*. Faro: Universidade do Algarve. Disponível em linha em <https://issuu.com/ualg/docs/plantas-silvestres-comestiveis-do-a> [acedido em 19/09/2017].
- UNESCO. (2003). Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Paris, França. Disponível em linha em <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf> [acedido em 29/01/2017].
- Valagão, M. M. (2011). Dieta mediterrânica, Património Imaterial da Humanidade. *APH*, 105 (abr-jun), 23–27. Disponível em linha em <http://www.dietamediterranea.net/sites/default/files/artigo.pdf> [acedido em 24/08/2017].